

LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

SUA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SÃO PAULO

SEBASTIÃO DE CAMARGO CALAZANS (*)

“A well organized public health laboratory is one of the foundations of effective health work and an invaluable means of coordenating health activities.”

(American Health Series, Vol. VII — Part. IV)

Dúvida alguma existe hoje sôbre a importância do Laboratório de Saúde Pública nas modernas organizações sanitárias. Dotadas umas de laboratórios primorosamente instalados e aparelhados, com pessoal altamente qualificado e numeroso, contando outras com elementos mais modestos, tôdas elas possuem seus serviços de laboratório.

A América do Norte tem o privilégio de possuir, talvez, os melhores laboratórios de Saúde Pública atualmente existentes, onde acima de todos, se destaca o imponente, maravilhoso e completo Laboratório de Albany, do Departamento de Saúde do Estado de Nova York. Esse Laboratório representa, sem dúvida, o que há de mais completo no assunto, abrangendo, em uma só organização, serviços de microbiologia e diagnóstico, preparo de soros, vacinas e produtos biológicos para diagnóstico, realizando ainda exames de água, leite e derivados, águas de esgotos e efluentes industriais. São relativamente diminutas, porém, suas atividades no referente aos exames bromatológicos e químicos.

No Brasil e na América do Sul, podemos afirmar, sem temer contestação, ser o Instituto “Adolfo Lutz”, o mais completo Laboratório de Saúde Pública existente. Sua organização obedeceu a cri-

(*) Chefe dos Laboratórios Regionais do Instituto “Adolfo Lutz”.

Recebido para publicação em 22-10-56.

tério próprio, sendo fruto das condições do nosso meio e da evolução natural do progresso que vimos realizando, no terreno da saúde pública, nestes últimos 60 anos.

Como tivemos oportunidade de afirmar em outra ocasião, o último decênio do século passado assinalou-se, no que diz respeito à higiene pública, por fatos e realizações de transcendente importância para a vida do nosso Estado e do próprio país.

Ao serem criados em São Paulo os primeiros laboratórios destinados ao esclarecimento dos problemas de saúde pública, essas questões eram, sem dúvida, das mais graves. Muito pouco se progredira, apesar dos anos decorridos daquela situação descrita por Silva Bruno na sua "História e Tradições da Cidade de São Paulo", como dominante em nossa cidade:

"arraial de sertanistas que foi São Paulo de Piratininga durante os tempos coloniais, mostrou-se por vêzes intensamente dramática a luta contra as doenças, as epidemias e os crimes".

A varíola fazia devastações tremendas. Além de outras epidemias, há referência a uma de icterícia, em 1768 "de que não ficou pessoa isenta, que mais ou menos não a sentisse; faleceram dela muitas pessoas e algumas com tanta pressa que não havia lugar para sacramentar-se".

Não se trataria de casos de febre amarela que, importada das Antilhas, foi assinalada no Brasil, em Pernambuco e na Bahia, de 1685 a 1691?

Referindo-se à lepra, diz: "A partir de meados do Século XVIII observaram-se casos particularmente numerosos de lepra" e cita, então, êste trecho de Tolstoi de Paulo Ferreira: "não há rua nem praça onde se não encontrem leprosos miseráveis, nem também ribeiro ou fonte em que se não banhem".

Muitos anos mais tarde, já no fim do oitocentismo, foi conseguida alguma melhoria da situação, conforme se verifica pela transcrição dos trechos seguintes, extraídos do trabalho citado:

"Para servir como hospital militar foi aliás edificado, por meio de subscrição popular no governo do General Pilatos (1797-1802) o grande prédio situado na rua do Seminário, onde funcionou o Seminário das Educandas da Glória".

Pelo mesmo governo foi providenciado ainda o estabelecimento de uma drogaria, pois:

“... embora houvesse uma drogaria estabelecida na cidade desde 1793, ela não tinha um laboratório onde se fizessem os preparados químicos e farmacêuticos e por isso não adiantava grande coisa”.

Informa ainda o citado autor que “em 1803 o governador Franca Horta dotou a cidade de um pequeno hospício para lázaros”, e que, “na mesma ocasião começou a funcionar um curso de cirurgia na cidade, no próprio palácio do Governo”.

Diz a seguir, Silva Bruno: “Essas iniciativas tôdas de fins do setecentismo e primeiros anos do oitocentismo parecem ter contribuído para que melhorasse de modo geral a situação da cidade sob o que se poderia chamar de o ponto de vista médico”.

Citando observação do viajante inglês John Mawe, diz:

“A varíola que dizimara por vêzes a população, fôra dominada pela introdução da vacina: os médicos atendiam em um grande “hall” do palácio do governador, onde ficavam à disposição de todos”.

Apesar dessa informação, a varíola continuou, por muitos anos a fazer grandes devastações. A assistência médica, a não ser no hospital da Santa Casa de Misericórdia, era das mais precárias e as condições higiênicas eram péssimas, continuando a população da cidade sujeita à investida de surtos epidêmicos, como nos tempos coloniais.

Referindo-se à limpeza das ruas, informa Silva Bruno:

“deixava muito a desejar ainda em 1867, quando se dizia que a municipalidade fizera desaparecer “o triste e miserável espetáculo” que duas vêzes por dia se dava na cidade”, “com o vergonhoso sistema por que era feito o despejo da Cadeia” ... “quatro e às vêzes seis pessoas, a conduzirem mais de quarenta barris em contínuo balancete, por irem pendurados em um páu, de sorte que muitas vêzes, vão derramando matérias fecais pelas ruas”.

“Havia em São Paulo, em 1857, doze médicos, dos quais quatro homeopatas. Em 1865 apenas seis farmácias ou botecos, a mais antiga das quais era a Farmácia Veado de Ouro, de Gustavo Schaumann. As outras eram a de Antonio José de Oliveira, na rua Direita; a de Joaquim Pais de Albuquerque Jordão, na rua do Comércio; a de Julio Lehmann, no pátio do Colégio; a de Luis Maria da Paixão, no hospital da Santa Casa de Misericórdia, na rua da Glória; e a de Manuel Rodrigues Fonseca Rosa, na rua do Ouvidor”.

Quanto à água consumida pela maior parte da população, era ela de péssima qualidade e provinha dos rios Tamanduateí e Anhangabaú e, provavelmente, também, de nascentes existentes nas encostas das colinas. Vieira Bueno, citado por Silva Bruno, informa o seguinte:

“a do Chafariz da Misericórdia, que antes passava pela rua do Régo, juncada de caveiras de boi, de ossos e outros resíduos imundos”.

Durante muitos anos o abastecimento da água potável para a cidade foi um problema tremendo para os governos municipal e provincial. A água, além de péssima, era insuficiente para atender a população da cidade em constante crescimento.

De vários tanques sem proteção, eram as águas encaminhadas por meio de encanamentos desnivelados e de material pouco resistente para os chafarizes colocados nos vários bairros da cidade, onde toda a população ia buscar o precioso líquido, pois naquela época a água não era ainda distribuída aos domicílios.

Além desses chafarizes havia ainda os poços, os aguadeiros que vendiam águas pelas ruas e as águas das bicas, tendo perdurado ainda em nossos dias algumas delas, como a célebre água do Moringinho.

Sobre esse magno problema refere Silva Bruno: “... desde alguns anos antes estavam o poder municipal e provincial empenhados em procurar uma solução mais completa para o velho problema da falta de água na cidade. Em 1861 dizia-se nos atos da Câmara que a municipalidade estava “cada vez mais compenetrada da necessidade de se abastecer a cidade de quantidade suficiente de água potável canalizada da Cantareira, única fonte abundante existente nas condições mais favoráveis” e que isso “deveria ser feito por um sistema seguro e perfeito, tanto acêrca da estrutura dos tubos como da limpeza interna deles”.

“Em 1863 o govêrno da província comissionou o engenheiro inglês James Brunless para estudar um plano geral de abastecimento. Auxiliado por seus colegas Hooper e Daniel Makinson Fox, Brunless estudou o assunto e apresentou relatório em que dizia ser preferida, para o abastecimento, a água do Ribeirão da Pedra Branca, na serra da Cantareira, cuja boa qualidade fôra atestada pelo farmacêutico Gustavo Schaumann. A utilização da água da Cantareira também foi proposta, no mesmo ano, por outro especialista que es-

tudara o problema, o engenheiro Charles Romieu. Entretanto êsse aproveitamento teria de esperar ainda alguns anos para a sua efetivação”.

Foi somente em 1875, no último quartel do século XIX, que se dotou a cidade de um serviço de fornecimento de água, tendo sido fundada, por particulares, a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, para abastecer as residências situadas dentro do perímetro urbano da Capital. De Silva Bruno aproveitamos os seguintes informes: “O problema entrou em fase nova no ano de 1878, quando começou a ser construída, na Consolação a caixa de abastecimento para o serviço que passava a ser feito pela Companhia Cantareira, com o aproveitamento de novos mananciais. Em 1882 já estavam abastecidos alguns chafarizes e no ano seguinte já se entregava ao uso dos moradores os esgotos do distrito da Luz. Mas era pouco. Muita gente continuava recorrendo às fontes naturais e às casas de banhos. E mesmo na zona servida pela Cantareira, onde já havia instalações sanitárias, eram muitos os conservadores mais ferrenhos, que continuavam se utilizando das antigas cloacas”.

Em 1893 o serviço de abastecimento de água passou da Cia. Cantareira para o governo do Estado, criando-se então a Repartição de Águas e Esgotos.

“Em 1883 era entregue à população o uso do primeiro distrito servido por esgôto (no bairro da Luz) sendo beneficiadas de início setenta e uma casas”. “Todavia, ainda na época da proclamação da República — quase no fim do século passado portanto — os serviços de água e esgotos, não eram eficientes, sendo muito poucas as casas servidas”.

A 11 de janeiro de 1884, pelo Decreto n.º 7.387, do presidente da Província, barão de Guajará, era nomeado o primeiro inspetor de higiene de São Paulo, o dr. Marcos de Oliveira Arruda, mas a Inspetoria só foi instalada dois anos mais tarde, em 11 de março de 1886.

O papel desempenhado por êsse notável lutador foi realmente excepcional como bem atestam seus relatórios de serviço. Foi o autor de um anteprojeto de organização dos serviços de Higiene, encaminhado à Assembléa Provincial, no qual estabelecia as bases do nosso futuro Serviço Sanitário, criando, assim, muitas das seções que o haveriam de constituir. Relatando êsse notável traba-

lho o dr. Marcondes de Rezende, à página 103 do Volume 5 (janeiro a dezembro de 1888) do "Brasil Médico" escreve:

"Segundo êsse projeto, que resumiremos, fica o govêrno provincial autorizado a despender por anno 25:000\$000 com o desenvolvimento, melhoramento e manutenção da actual repartição de hygiene publica; a gratificar os actuaes encarregados da hygiene com uma remuneração provincial; a prover a repartição de hygiene de apparatus para de-sinfeccões e para indagações de sophisticacões, a crear dois lugares de médicos de hygiene provincial para servirem de membros da inspectoria de hygiene; a nomear profissional para a technica de um laboratório chimico-microscópico-bacteriologico; a nomear profissional para a technica dos serviços de engenharia concernentes á hygiene; a organizar o serviço de epidemias de sorte a montar o Lazareto pelos systemas modernos; instituir na capital um estabelecimento vaccinogenico; nomear-se para cada municipio da provincia um delegado de hygiene.

Além d'isso, fica organizado um conselho provincial superior de hygiene pública e de salubridade da provincia, para decidir sobre todos os assumptos de saude publica."

Por êste documento bem se vê que cabe a Marcos de Oliveira Arruda a idéia da criação dos nossos primeiros Laboratórios de Saúde Pública. Ao tempo de sua criação, exercia as funções de inspector geral de hygiene o dr. Sérgio Florentino de Paiva Meira, que nesse cargo permaneceu de 21 de agosto de 1889 a 21 de março de 1893.

Por esta rápida quão incompleta descrição, pode-se fazer idéia da precária situação sanitária e higiênica de São Paulo por volta dos anos em que se deu a instalação dos primeiros laboratórios destinados aos exames de rotina e às pesquisas científicas em nossa terra. Além disso, recém-saído o país do regime monárquico, em cujo período era centralizada, na Côrte, tôda a administração do país, grandes deveriam ter sido as dificuldades a vencer pelos representantes do novo govêrno, ao passar, de chofre, do regime unitário para o federativo.

A fim de armar as autoridades sanitárias dos meios indispensáveis para melhorar a situação sanitária reinante, propôs Vicente de Carvalho, então secretário do Interior, ao se reorganizar o Serviço Sanitário, em 1892, a criação dos nossos primeiros laboratórios científicos.

Data, pois, de pouco mais de meio século o início dessa gloriosa trajetória do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Sua vida é um suceder de vitórias e triunfos, mas, também, de heroísmos e sacrifícios.

Com exata compreensão dos problemas sanitários da época, dizia Vicente de Carvalho:

“A nossa hygiene está desarmada de indispensáveis meios de acção. Falta-lhe na parte scientifica, o auxilio de institutos bacteriologico e de analyses chimicas, na parte executiva falece-se-lhe orgams apropriados e sufficientes e auctoridade efficaz. Em face das epidemias que nos assolam, vêm-se os encarregados de dirigir o Serviço Sanitário destituídos dos meios de verificação positiva que a existência de um Instituto Bacteriologico lhes pode fornecer”.

PRIMEIROS LABORATÓRIOS DE SÃO PAULO

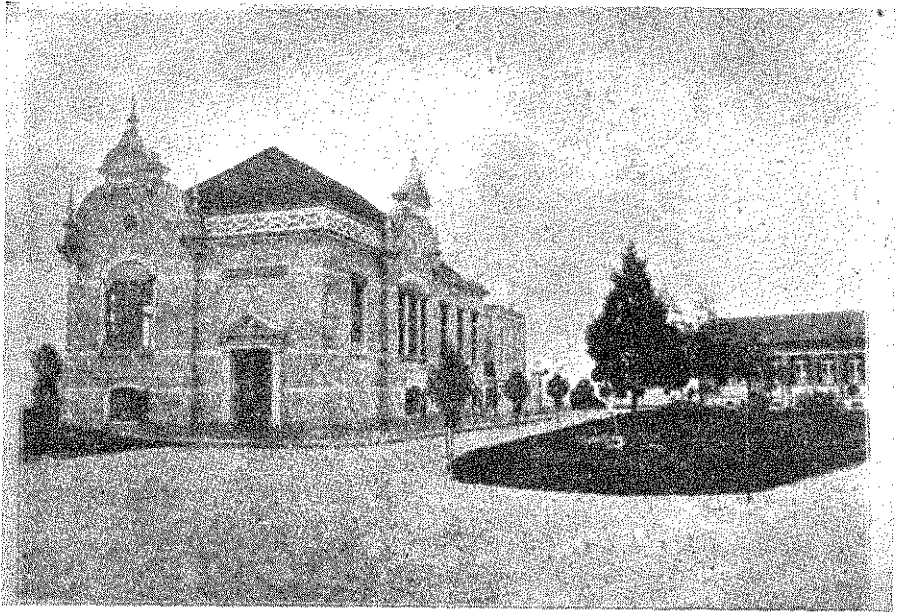
Em 1892 foram criados em São Paulo, os nossos primeiros laboratórios, que eram também os primeiros no Brasil, organizados de acôrdo com as idéias dominantes na época, como instituições independentes entre si e subordinadas à Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Quase nada existia, neste particular, em nosso país. Na própria Capital da República, só funcionava um Instituto Vacinogênico, criado pelo barão de Pedro Afonso. Em 1899, com o aparecimento da peste em Santos, foi organizado na Capital do país, o Instituto Soroterápico Municipal, que se localizou na fazenda de Manguinhos, pertencente à municipalidade. Pouco depois de montado, a Prefeitura do Distrito Federal, não podendo arcar com tão grandes despesas, entrava em entendimento com o govêrno da República, doando à União o Laboratório de Manguinhos. O Instituto Oswaldo Cruz, edificado no mesmo local, só surgiu mais tarde, já na aurora dêste século, em 1903.

Voltemos, porém, aos laboratórios de São Paulo. A lei que autorizou sua criação foi a de número 43, de 18 de julho de 1892. Organizava ela ao mesmo tempo nosso Serviço Sanitário, prolongamento da primitiva Inspeção de Higiene do tempo do Império. Seu artigo 9.º assim rezava:

“Fica o Govêrno autorizado a gastar até a quantia de 200:000\$000 para prover a montagem:

- a) de um Laboratorio de analyses chimicas;
- b) de um Laboratorio de bacteriologia;
- c) de um Instituto Vaccinogenico;
- d) de um Laboratorio pharmaceutico.”

Assinaram esta lei: Cerqueira César e Vicente de Carvalho.



Instituto Bacteriológico — 1896 — 1928.



Instituto Bacteriológico — 1928 — 1940.

Há 64 anos, pois, já contava nosso Estado com quatro laboratórios: o Instituto Bacteriológico, o Laboratório de Análises, o Instituto Vacinogênico e o Laboratório Farmacêutico, núcleos iniciais da nossa atual organização laboratorial.

Para que possamos fazer idéia do espírito madrugador dos paulistas, basta lembrar que somente por essa época, passara a bacteriologia a ser considerada como uma das ciências fundamentais da medicina e que, apenas dez anos antes da criação do primeiro laboratório bacteriológico paulista, se dera a descoberta do bacilo de Koch. Fato idêntico aconteceu com o Instituto Butantã, fundado poucos anos depois da descoberta da soroterapia. A precocidade com que foram organizados, em São Paulo, êsses Institutos, é fato realmente extraordinário, se atentarmos para as tremendas dificuldades que deveriam existir naquela época para empreendimentos de tal natureza.

Nessa mesma década, em 1894, por iniciativa de Bráulio Gomes é fundada a Maternidade de São Paulo e no mesmo ano, amplia o govêrno do Estado as instalações do Hospital de Isolamento que, contando apenas com um pavilhão, vinha funcionando desde 1880.

Em 1895, é fundada a Policlínica de São Paulo e em 1898, Clemente Ferreira inicia a campanha contra a tuberculose, em que havia de se empenhar durante tôda sua longa existência.

INSTITUTO BACTERIOLÓGICO

Os serviços prestados ao nosso Estado por essas instituições foram, sem dúvida, extraordinários; devemos, porém, destacar o papel preponderante do Instituto Bacteriológico. Fundado, como vimos, em 1892, foi organizado e dirigido por Félix le Dantec, discípulo de Pasteur. Le Dantec, entretanto, só ocupou o cargo pelo curtíssimo espaço de 4 meses. Para sua direção passou o grande cientista patricio Adolfo Lutz, que deve ser considerado, com justiça, seu verdadeiro organizador e que o dirigiu, pelo espaço de 16 anos. Sua atuação nesse posto foi verdadeiramente excepcional e, porque não afirmar, providencial, transformando o Instituto Bacteriológico na primeira escola de medicina experimental do Brasil, pioneiro em nosso país que foi da bacteriologia, da parasitologia, da micologia e da pesquisa científica. À escola de Lutz devemos importantíssimos estudos sôbre febre amarela, peste bubônica, tifo exantemático, impaludismo, disenterias, febre tifóide, esta última tida então como entidade mórbida nova, peculiar ao nosso meio e de-



Instituto Bacteriológico — Laboratório de Bacteriologia.



Instituto Bacteriológico — Laboratório de Bacteriologia — Adolfo Lutz, Adolfo Lindenberg, Teodoro Balma e Carlos Meyer.

nominada pelos seus defensores “febre paulista”, “febre renitente”, “tifo malárico” e outros nomes.

Sustentando luta memorável e heróica a respeito da verdadeira natureza dessa doença, o Instituto saiu vitorioso, demonstrando, como afirmara Lutz, desde o comêço, tratar-se de casos de febre tifóide e seu agente etiológico, o verdadeiro bacilo de Eberth.

Ainda por Lutz e Vital Brasil foram iniciados no Instituto Bacteriológico os primeiros trabalhos sôbre ofidismo e preparo do sôro anti-ofídico, mais tarde brilhantemente desenvolvidos pelo último, no Instituto Butantã.

Preocupado com o estudo dos parasitas encontrados nas cobras, inicia Lutz a classificação dos nossos ofídios, de acôrdo com o “Cathalogue of the Snakes in the British Museum of Boulenger”.

Posteriormente, interessando-se pelo problema do ofidismo, intensifica seus estudos sôbre os ofídios existentes em nosso meio, idealiza o laço até hoje usado para sua captura no Instituto Butantã, as gaiolas para seu transporte e o processo da extração do veneno. Em seu relatório de 1897, assim se refere Lutz sôbre êsse importante problema :

“Finalmente, principio, em colaboração com o Dr. Vital Brazil, a estudar a questão da serotherapie das mordeduras de cobras. Já possuímos alguns exemplares de calcavel e jararacas, vimos que servem para colher veneno, mas as quantidades extrahidas até hoje não são sufficientes para concluir o trabalho. Para isso pedimos o concurso de tôdas as pessoas que nos podem ajudar para obter exemplares vivos de cobras venenosas. Também aproveitamos a ocasião para pedir-vos as providências necessárias para arranjar um cavallo que possa servir para fins de immunização”.

Organiza, ainda no ano seguinte, uma coleção de ofídios destinada a demonstrações e estudos das espécies existentes em nosso meio. Dando conta dos resultados de seus trabalhos sôbre a sorotherapie anti-ofídica, officia a 26 de julho de 1899 a Emilio Ribas, diretor do Serviço Sanitário, informando o seguinte :

“...sendo muito animadores os resultados das experiências feitas com o serum de pequenos animaes immunisados neste Instituto, contra o veneno ophídico, isto nos leva á convicção de podermos obter dentro em pouco tempo um serum preservativo e curativo. Convém, para completar o estudo iniciado sobre este assumpto e para immunizar grandes animaes, adquirir-se um número maior de cobras podendo fornecer grande quantidade de veneno, bem como exemplares de espécies que são raras ou não se encontram neste Estado, como por exemplo, a urutú e a surucucú”.

E, pelo ofício n.º 185 de 12 de dezembro de 1899, dirigido por Adolfo Lutz ao diretor do Serviço Sanitário, enviava êle a lista do material necessário para a instalação do Instituto Serumterápico.

Como acabamos de ver, os primeiros trabalhos sôbre o preparo do sôro antiofídico no Brasil, foram realizados no Instituto Bacteriológico, em 1897, sete anos, apenas, depois da descoberta da soroterapia por Behring e Kitasato em 1890.



Adolfo Lutz — cêrca de 1888.

Cumpre ainda salientar que o emprêgo do sôro antidiftérico só começou a ser feito definitivamente na terapêutica, após a realização do Congresso de Higiene de Budapeste no qual Roux e Martin apresentaram os resultados das pesquisas por êles realizadas de 1891 a 1894!

Fêz ainda o Bacteriológico, importantes estudos sôbre as águas do abastecimento público, batendo-se pela cloração das que eram fornecidas à nossa Capital.

Em 1913 é contratado o prof. Martin Ficker para orientar a parte técnica do Bacteriológico, sendo então intensificados os es-



Félix Alexandre Le Dantec.

tudos sôbre as nossas águas. A respeito dêsse assunto assim se refere Teodoro Baima:

“Prosseguindo, entre nós, o Prof. Ficker os seus estudos iniciados em Berlim, sobre os diversos methodos de isolamento de bacillos typhicos, fazendo numerosas pesquisas com as águas de São Paulo, não só do abastecimento como do rio Tietê;...”

“Assim é que por este processo (metodo fisiológico) isolou o bacillo de Eberth de água da torneira do Instituto...”

Até então (1912) o Instituto vinha adotando a técnica de Vincent, além de outros processos, para o isolamento de germes patogênicos da água e especialmente o bacilo tífico. E continua Baima:

“...para que o Instituto Bacteriológico o adotasse como um dos melhores processos de isolamento de germes patogênicos da água, bastaria o facto de, por essa technica, haver conseguido isolar por 3 vezes o bacilo de Eberth das águas de São Paulo — da água do abastecimento da cidade (Ficker 1914), das águas dos filtros da Penha e dos de Cotia (Baima e Pestana — 1916) e agora em Curityba”.

Coube ainda, ao Instituto Bacteriológico a introdução da vacina antitífica em São Paulo, em setembro de 1913, graças aos trabalhos de Ficker e Baima, sendo êste seu grande divulgador em nosso meio. Durante muitos anos essa vacina foi preparada pelo Instituto Bacteriológico, passando depois a ser fabricada pelo Instituto Butantã.

Foram seus diretores: Félix Alexandre Le Dantec, Adolfo Lutz, Carlos Luís Meyer, Teodoro da Silva Baima, Alexandrino de Moraes Pedroso, Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra e José Pedro de Carvalho Lima.

CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO SOROTERÁPICO

A criação do Instituto Soroterápico foi consequência da situação que o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo teve que enfrentar em fins de 1899, quando a peste bubônica grassava na cidade do Pôrto e ameaçava invadir tôda a Europa e os portos da América.

Estabelecido em Santos um serviço de vigilância contra a peste, viram-se as autoridades sanitárias de então a braços com dificuldades para obter o sôro antipestoso, fabricado na Europa, nessa época, apenas pelo Instituto Pasteur de Paris, em quantidade que não permitia fossem prontamente atendidos os pedidos que de tôda parte lhes eram endereçados.

Com o aparecimento da peste em Santos, mal que pela primeira vez aportava em nosso Estado e, desprovido dos meios indicados para lhe dar combate eficiente, Emílio Ribas, então diretor do Serviço Sanitário, sugeriu ao Govêrno a idéia da criação de um Instituto Soroterápico. Aceitando a sugestão de Emílio Ribas, resolveu o govêrno do Estado, então presidido por Fernando Prestes de Albuquerque, tendo como secretário do Interior, o dr. José Pereira de Queirós, nomear comissão constituída por Lutz, Ribas, Os-

valdo Cruz e Vital Brasil para escolher o local onde deveria ser instalado referido Serviço.

Escolhida pela comissão a Fazenda Butantã, distante cêrca de 9 quilômetros do centro da cidade de São Paulo, pois grande era



Teodoro Baíma.

o pavor da população pelo mal levantino, foi ela, sem demora adquirida.

A Lutz coube ainda a pesada tarefa de dirigir a instalação desse novo laboratório do Instituto Bacteriológico, tendo sido construída a cocheira modelo e feitas as adaptações necessárias aos prédios já existentes na fazenda.



Alexandrino Pedroso.

Surgia, assim, criado pelo grande mestre Adolfo Lutz, o Instituto Soroterápico, que se transformaria, pouco tempo depois, no famoso Instituto Butantã.

Rebento viçoso do velho Bacteriológico, o Instituto Butantã iniciara, pois, sua brilhante trajetória em 1898, no mesmo local em que hoje se acha, como uma Seção daquele Instituto. Sua organização definitiva só se deu, porém, em 1901, pelo Decreto n.º 878-A, de 23 de fevereiro, assinado pelo conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves e pelo secretário do Interior, Bento Bueno, tendo sido nomeado seu primeiro diretor, Vital Brasil e seu ajudante, o dr. Abdon Petit Carneiro.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS

A propósito d'este Laboratório, encontra-se em publicação do Serviço Sanitário de São Paulo, datada de 1906, à página 22, o seguinte:

“Este estabelecimento destinado a analyses químicas e principalmente a de generos alimentícios, data de 1893, tendo sido contratado na Europa o Professor Lachaud (*), para organizá-lo. Funciona em prédio alugado, sendo a unica installação do Serviço Sanitario que ainda não possui edificio proprio.

Está perfeitamente aparelhado para o seu fim, incumbindo-se de analyses de bebidas, drogas, formulas medicinais e quaisquer outras”.

O Laboratório de Análises Químicas foi instalado no prédio n.º 127 da rua General Osório e iniciou suas atividades em julho de 1893. Transferido mais tarde para o largo do Arouche e, posteriormente, para a rua dos Andradas, teve seu prédio próprio por ocasião do govêrno de Altino Arantes, sendo secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves e diretor geral do Serviço Sanitário, Artur Neiva. Esse prédio, hoje ocupado pela Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade, localiza-se na rua Pires da Mota.

Pela reforma de 1896, passou a denominar-se Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e pela de 1925 foi transformado em dependência da Inspeção do Policiamento da Alimentação Pública.

Nessas duas últimas reformas foram cometidos erros que muito prejudicaram as atividades d'esse importante Laboratório. Foi de grande relevância sua atuação, tendo contribuído de modo decisivo para a melhoria das condições dos alimentos e medicamentos fornecidos à população do Estado.

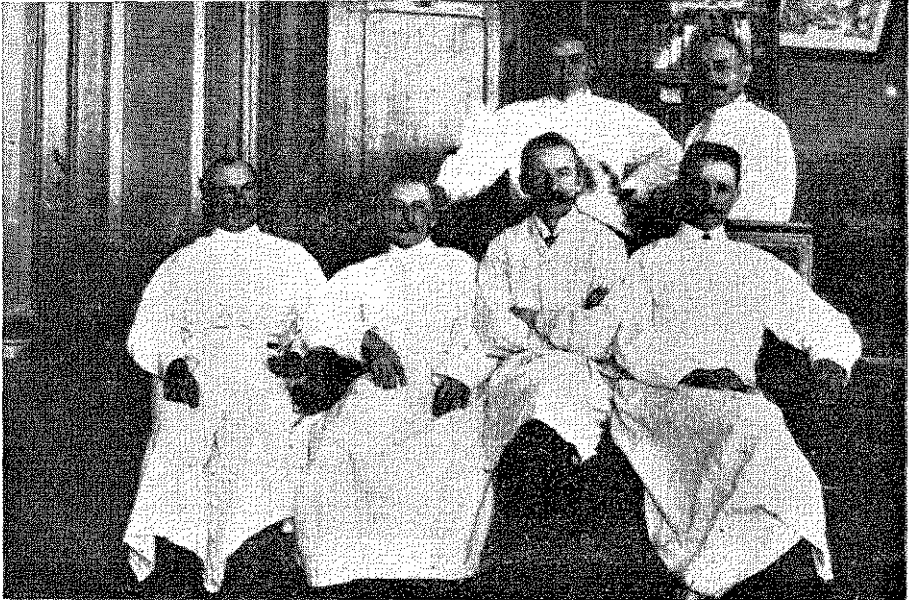
Seu prestígio firmou-se, desde o início de suas atividades, mercê da orientação segura que lhe deram seus primeiros diretores Marcel Lachaud e Henrique Schaumann.

Data daquela época, como informa Bruno Rangel Pestana, o estabelecimento “pela primeira vez das características dos generos



Henrique Schaumann, diretor do Laboratório de Análises.

(*) Marcel Lachaud, engenheiro-químico, foi indicado pelo professor Fouqué e pelo sábio Schutzenberger para dirigir o Laboratório de Análises Químicas.



Instituto Bacteriológico — sentados, da esquerda para a direita: Teodoro Baima, Carlos Meyer, prof. Martin Ficker, Pais Azevedo; de pé: Otávio Veiga e Adolfo Lindenberg.

alimentícios mais comuns: água, leite, vinhos, aguardentes, licores, cervejas, conservas, banhas, manteiga, doces e confeitos”.

Concorreu, ainda, entre outros, para o renome desse Laboratório, Pedro Batista de Andrade, grande inteligência e notável pesquisador.

INSTITUTO VACINOGÊNICO

Completando os laboratórios destinados a atender aos reclamos da saúde pública, foi organizado o Instituto Vacinogênico. Seu primeiro diretor foi o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que já vinha dirigindo o serviço de vacinação. Este Instituto alcançou grande progresso, tendo sido dotado dos mais modernos aparelhos para seu perfeito funcionamento e prestado à coletividade assinalados serviços.

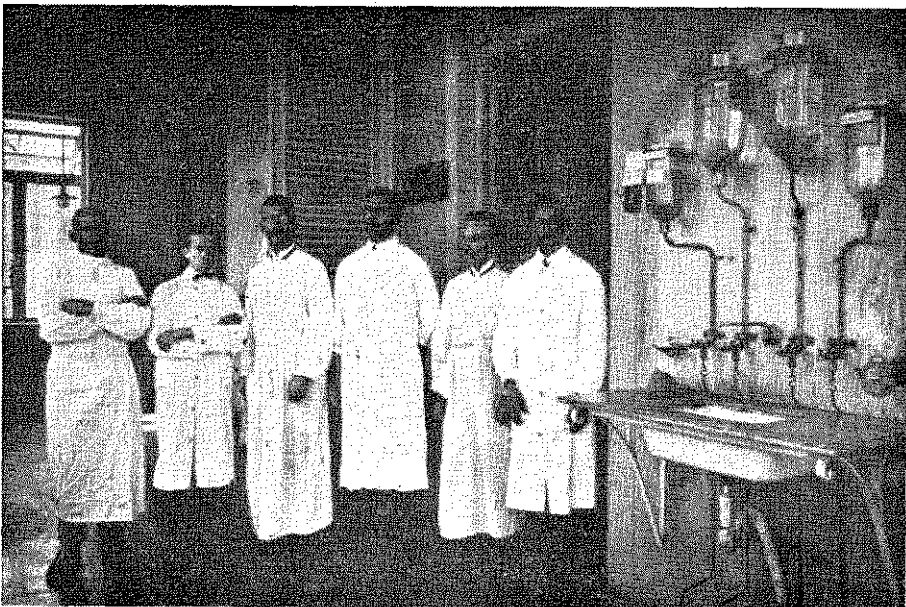
Pela reforma do Serviço Sanitário, de 30 de janeiro de 1918, passou o Instituto Vacinogênico a fazer parte do Bacteriológico, sendo posteriormente incorporado ao Instituto Butantã, pelo Decreto n.º 3.875, de 11 de julho de 1925, medida muito acertada, por se tratar de laboratório destinado à produção de vacinas.

PRIMEIRAS IDEIAS SOBRE CENTRALIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

Em 1913 é contratado, pelo governo do Estado, o eminente bacteriologista Martin Ficker, professor da Universidade de Berlim, para dar cursos de Bacteriologia em São Paulo, tendo o referido cientista iniciado seus trabalhos no Instituto Bacteriológico, no mesmo ano.

Estudando, ao mesmo tempo, a pedido de Emílio Ribas, então diretor geral, nossas condições locais e as possibilidades e falhas dos laboratórios existentes no Serviço Sanitário do Estado, apresentou Ficker vasto plano de reorganização do Instituto Bacteriológico, de modo a modernizá-lo e transformá-lo no que êle denominou "Instituto Higiênico Bacteriológico".

Nessa nova organização, além dos serviços já existentes no Instituto Bacteriológico, foi proposta a criação de outros e a anexação do Laboratório de Análises Químicas e, aqui, aparece a primeira sugestão para a organização de um moderno Laboratório de Saúde Pública, idéia só concretizada cêrca de seis lustros mais tarde, com a criação do Instituto "Adolfo Lutz".



Funcionários do Instituto Bacteriológico: Francisco Antônio Faraco, Antônio Nestor de Sousa, Savério Felice, José Elói Pupo, José Benedito Marcondes Machado e João Adelino de Aguiar.

A êste propósito é muito sugestivo o que dizia Martin Ficker no seu relatório:

“A reunião dos laboratórios de generos alimenticios ao Instituto de Hygiene já se fez com sucesso no estrangeiro, visto como é justamente do exame de generos alimenticios que depende a solução de uma dada questão hygienica; muitas vezes deve-se proceder nelles á pesquisa de germes de molestias contagiosas ou de substancias toxicas que influem no resultado final. O mesmo se refere ao Laboratorio para exame de aguas”.

Referindo-se à opposição que tal idéia poderia encontrar, acrescenta êle, a seguir:

“Eu sou o primeiro a reconhecer que uma tal proposta de centralisação deve encontrar viva opposição” e conclui: “Além disso os contrários á idea de centralisação hão de se convencer, pela pratica, que o Estado com isso tem em vista objectivos superiores, aos quaes justamente as pessoas interessadas têm o dever de se submeter.”

Terminando o seu magnífico relatório, êste eminente cientista, profundo conhecedor da hygiene moderna, fez a seguinte afirmação:

“São Paulo tem tanto mais direito de esperar que esse plano se realise quanto o Governo do Estado já tem zelado, com vistas largas e de uma maneira generosa, pelo Vaccinogenico e Instituto Serum-Therapico de Butantan. E no entanto o campo de trabalho destes Institutos é por sua natureza muito limitado em relação aos fins amplos do Instituto Hygienico Bacteriologico acima projetado. O numero de individuos que adoecem e morrem, devido a uma prophylaxia insufficiente das molestias infectuosas e ás más condições hygienicas de vida, tambem neste Estado se contam por centenas de milhares. O Estado de São Paulo deve porem chamar a si a tarefa de possuir, num Instituto Hygienico Bacteriologico scientifico e pratico como este, uma instituição cultural de primeira ordem, *que seria a unica na America do Sul* (o grifo é nosso) e que constituiria a fonte de grandes beneficios para este Estado e seus Cidadãos”.

NOVAS PROPOSTAS DE CENTRALIZAÇÃO

Higienistas patricios, posteriormente, defenderam também a idéia da centralização dêsses serviços de laboratório.

Paula Sousa, em trabalho apresentado ao Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene, reunido na cidade do Rio de Janeiro, em 1923, assim se manifestou sôbre tão importante problema:

“Vencedora já a idea da reunião de todos esses laboratorios, seria de maior resultado construir-se edificio para esse fim, nas imediações do Hospital do Isolamento, ao lado da nova Faculdade de Medicina, onde funcionaria o actual Instituto Bacteriologico e o Laboratorio de Analyses, que constituiriam o Laboratorio Central do Serviço Sanitario. Contribuir-se-á deste modo para que facil se torne entre nós a fundação de um grande centro médico sanitario”.

Apesar de ter defendido, com entusiasmo, em 1923, a idéia da fusão do Instituto Bacteriológico e do Laboratório de Análises e a construção de edificio próprio, nas imediações do Isolamento, para a nova instituição, que passaria a constituir o Laboratório Central do Serviço Sanitário, muda Paula Sousa de idéia, tempos depois, e — pela reforma que planejou, consubstanciada no Decreto n. 3.875, que “Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes” — extingue o Instituto Bacteriológico. Estatui êsse decreto, em seu artigo 58:

“Artigo 58 — Os Institutos Bacteriológico, Soroterápico e Vacinogénico do Serviço Sanitário se localizarão em Butantan e constituirão todos, sob o nome de — Instituto Butantan — uma secção unica do Serviço Sanitário, sob a direção de um mesmo profissional.

Artigo 59 — Caberão a essa secção as atribuições dos institutos de cuja fusão resulta e cooperar com o Instituto de Higiene, de acôrdo com determinação do Diretor Geral, na obra de educação sanitaria do povo, no tocante a installação de museus.

Artigo 60 — O Instituto estabelecerá dentro da verba consignada e à requisição do Diretor Geral, postos na Capital e interior do Estado, quantos necessários ao serviço, ficando desde já instituído um no Hospital de Isolamento da Capital.

Parágrafo único — A função destes postos consistirá no exame direto do material recebido e na colheita e remessa para o Instituto. do material que exigir exame mais demorado e complexo, segundo foi previsto no Regimento interno do serviço”.

Destruia-se, assim, por um simples decreto, a Casa de Lutz. O velho e glorioso Instituto Bacteriológico, que tantos benefícios e gloria tinha dado a São Paulo, em 33 anos de vida, sustentando lutas memoráveis, que o tempo jamais apagará, era transformado da noite para o dia, mas não sem protestos e com a desaprovação integral de todos quantos nêle trabalhavam, em simples “Posto”, dependência do Instituto Butantã, instituição que o Bacteriológico criara e orientara durante seus primeiros anos de vida!

Posta em prática a centralização decretada, dia a dia se comprovava o desacôrto da medida, cheia de inconvenientes e falhas.

Dos postos criados por essa reforma, só existiu o da Capital, que funcionou no mesmo prédio do Instituto Bacteriológico. Quanto ao de Santos, o segundo que se tentou organizar e de cuja organização fomos encarregados, não chegou a ser instalado por falta de pessoal. Decorridos cêrca de dois anos, já no govêrno de Júlio Prestes, é nomeado diretor geral do Serviço Sanitário, Valdomiro de Oliveira. Ao felicitá-lo, Artur Neiva, aquele cérebro enciclopédico, brilhante discípulo de Lutz e Osvaldo Cruz, a êle se dirigiu nos seguintes têrmos:

“Para ser util a São Paulo, restabeça o Instituto Bacteriologico, que pelas suas tradições é um orgulho da medicina experimental brasileira”.

Agindo fora da lei, para não deixar perdurar por mais tempo tão clamoroso êrro administrativo, restacelece Valdomiro de Oliveira, sob o govêrno de Júlio Prestes, o velho Instituto Bacteriológico com seu antigo pessoal e material, sendo despendidos enormes esforços para a recuperação de sua magnífica biblioteca especializada, esparsa pelo Instituto Butantã, o Serviço da Lepra, o Instituto de Higiene e a Escola Politécnica.

Sòmente a 13 de fevereiro de 1931, pelo Decreto n. 4.891, que dava nova estrutura ao Serviço Sanitário, foi restabelecido legalmente o Instituto Bacteriológico. Ocupava, na ocasião, a Secretaria do Interior, Artur Neiva e a Diretoria Geral do Serviço Sanitário, Sales Gomes Júnior.

Mais tarde, em 1935, Borges Vieira, em exposição de motivos ao secretário da Educação e Saúde Pública, emitia também sua opinião sôbre a reunião dos Laboratórios e, nesse documento, vemos referido pela primeira vez, o nome de Adolfo Lutz para patrono do Laboratório de Saúde Pública, nome proposto por Carvalho Lima, então diretor do Instituto Bacteriológico, ao diretor geral do Serviço Sanitário.

Antes, porém de citar a opinião de Borges Vieira, vamos dar a palavra a Carvalho Lima:

“O nome do Instituto “Adolfo Lutz” foi por nós lembrado desde que se pensou em fundir diversos laboratorios para constituirem o Laboratorio Central de Saude Publica. Foi por sugestão nossa que Borges Vieira assim o denominou na sua reforma há tempos proposta ao Governador do Estado”.



Adolfo Lutz.

Diz Borges Vieira sôbre a referida fusão:

“O Laboratorio de Saude Publica que, em homenagem ao seu fundador, o eminente sábio Adolfo Lutz, terá o seu nome, concentrará todos os Laboratorios do serviço. Não se compreendia duplicidade de laboratorios, cuja finalidade era uma só: attender a exigencia de natureza sanitária. Em tódas as organizações sanitárias há sempre um unico laboratorio, amplo e provido de todos os requisitos technicos”.

Posteriormente, outros estudiosos do assunto emitiram opiniões favoráveis à mesma idéia, como informa Carvalho Lima no seguinte trecho de seu trabalho publicado no n. 1 do Vol. I da Revista dêste Instituto, em 1941:

“Os diretores do Departamento de Saúde — Geraldo de Paula Souza, Francisco Borges Vieira, Francisco Salles Gomes Jr., Sebastião de Camargo Calazans e Humberto Pascale sustentaram o mesmo ponto de vista. De minha parte esposei, com ardor a idéia desde que assumi a direção do Instituto Bacteriológico”.

Apesar de tódas essas valiosas opiniões, continuaram funcionando isoladamente todos os laboratórios que prestavam serviços à saúde pública, desarticulados, descoordenados, trazendo graves inconvenientes para a administração, pois, como vimos, cessara o primeiro plano pôsto em execução, em 1925.

Em 1937, quando tivemos a honra de dirigir o Serviço Sanitário, transformado hoje no Departamento de Saúde, sentindo perto, como os nossos ilustres antecessores, o inconveniente do excessivo número de Laboratórios, agindo dispersamente e com duplicidade de funções, dentro e fora do Serviço Sanitário, sugerimos ao prof. Cardoso de Melo Neto, então governador do Estado, a nomeação de uma comissão para estudar o problema e apresentar anteprojeto de unificação dos Laboratórios de Saúde Pública, atendendo às condições especiais da evolução dos nossos institutos científicos.

Naquela época eram os seguintes os Institutos e Laboratórios subordinados à Secretaria da Educação e Saúde:

- 1) Instituto Bacteriológico
- 2) Laboratório de Análises da Inspetoria do Policiamento da Alimentação Pública
- 3) Laboratório da Inspetoria da Fiscalização do Leite e Laticínios

- 4) Laboratório de Hipodermia da Farmácia e Depósito
- 5) Laboratório da Inspeção da Profilaxia do Impaludismo
- 6) Instituto Butantã
- 7) Instituto Pasteur
- 8) Instituto de Higiene

Designados para tal cometimento os ilustres médicos Carvalho Lima, Humberto Pascale e Nicolau Rossetti, logo deram início aos trabalhos, apresentando, a 7 de março de 1938, suas sugestões, em brilhante relatório, ao senhor secretário da Educação e Saúde, e substanciadas na apresentação de um anteprojeto criando a "Divisão de Institutos de Saúde Pública", subordinada diretamente à Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Formariam essa Divisão um Instituto de Diagnóstico — o Laboratório Central de Saúde Pública — e um Instituto de Produção — o Instituto Butantã.

São dêsse relatório os seguintes tópicos:

"Foi, sem duvida, por força da exacta noção das suas responsabilidades que o honrado Governo de São Paulo houve por bem focalizar, para solução efficiente e oportuna, a fusão dos laboratórios de Saude Pública".

"Pela exposição summaria que fizemos dos institutos e repartições do Serviço Sanitario que se dedicam a produção, exames de laboratório e pesquisas, verifica-se que a situação actual está a exigir profunda mudança de orientação."

"Prosseguindo nas considerações sobre a necessidade da concentração dos laboratorios de saude publica, a Comissão julga de seu dever consignar que, em face da posição actual dos laboratorios de saude publica, nota-se uma dispersão e duplicidade de funções".

"A dispersão de laboratorios com finalidades communs ou que se entrosam nos seus effeitos, conduz, fatalmente, a realização de despesas desnecessarias e a multiplicidade de esforços, quando não possibila, ainda, a diversificação de criterios que deveriam nortear-se no mesmo sentido. Alem disso, como consequencia ainda mais nociva ao interesse publico, essa dispersão pode produzir a incidencia, sobre um mesmo assumpto, de actividades especulativas de varios laboratorios, sem o indispensavel controle de uma superior visão do conjunto".

"Assim sendo, a dispersão dos laboratorios de saude publica é anti-economica e prejudicial a sua propria eficiencia".

"E, se em outras epochas, essa tendencia se manifestava com toda a oportunidade, tornou-se inadiavel a sua concretização, hoje os in-

convenientes da dispersão de funções, já criticada, mais se agravaram em consequencia da crescente complexidade dos nossos serviços de saúde publica.”

.....
 “A Comissão concretiza suas suggestões no ante-projecto da “Divisão de Institutos de Saude Publica”, subordinada á Diretoria Geral do Serviço Sanitario e composta de um Instituto de Diagnostico (Laboratorio Central de Saude Publica) e de um Instituto de Produção.”

“A esses Institutos, alem dos trabalhos de rotina que lhes são peculiares, competirá a realização das pesquisas scientificas relacionadas com as respectivas finalidades.”

“Para melhor coordenação das actividades dos Institutos, a “Divisão dos Institutos de Saude Publica” como órgão dirigente, será assistida por um Conselho Technico-Administrativo, constituído pelos Directores dos Institutos e por um chefe de serviço effectivo de cada um delles”.

“A fim de evitar a interrupção das funções dos Institutos e Laboratorios que foram attingidos pela concentração ora proposta, serão aproveitados os respectivos funcçionarios. São Paulo, 7 de março de 1938.”

Tratava-se de fato, de anteprojeto que, se adotado, resolveria satisfatõriamente o problema dos Laboratórios de Saúde do Estado. A propósito dêsse estudo, recebemos do prof. Martin Ficker, a seguinte carta:

“São Paulo, 17 de maio de 1938.

Ilmo. Sr. Dr. Sebastião de Camargo Calazans

Prezado Sr. Collega

Em primeiro lugar desejo agradecer-lhe a gentileza de me offerecer a opportunidade de estudar o Relatório da Commissão nomeada para estudar a fusão dos Laboratorios de Saude Publica. Não preciso repetir-lhe os motivos pelos quaes estou de accordo com esta idea, pois já ha 25 anos dei minha opinião sobre este assumpto, restando-me hoje apenas o encargo de examinar o trabalho desta Commissão. Tendo feito isto nos ultimos dias com o interesse já conhecido por V.S. cumpre-me congratular a V.S. e a Commissão e proferir o sincero desejo que este projecto se realise para o bem da população e da sciencia.

Vivemos numa epoca em que os Estados não fornecem meios sufficientes aos intellectuaes e aos zeladores da hygiene, ou por outra á sciencia e á saúde publica. Tanto mais se impõe a necessidade de aproveitar os meios concedidos e economisar, fundindo institutos que trabalham com os mesmos ou semelhantes interesses. Sciencia e hygiene não estão em condições de se dar ao luxo de desperdiçar os meios e estudar os mesmos problemas em diversos logares; assim como problemas que estão na periferia ou fora das attribuições da Saude Publica devem ser estudados em outros institutos. Como o Estado e o Municipio de São Paulo estão progredindo rapidamente, V.S. certamente já tomou as devidas providencias no actual projecto para uma

futura ampliação. Seria talvez necessário incluir na secção bacteriológica a analyse de catgut, seda chirurgica, gaze e algodão para curativos. Ainda não ha neste sentido sufficiente controlle das fabricas e das pharmacias. Tambem a prophylaxia e a therapia com soros de convalescentes (poliomyelite, sarampo) cresceram em importância.

No caso que o governo federal não queira estabelecer um controlle legal para todo o Brasil dos sóros em commercio, poderia-se considerar a formação de uma secção no novo Instituto, pois está no interesse da saude publica defender o povo contra soros inferiores provenientes de fabricas particulares. Existem no commercio vaccinas nas quaes não se reconhecem mais as bacterias, assim como estão á venda nas pharmacias preparados de bacterias de acido-lactico onde não se encontram bacillos vivos. O meu parecer é que um instituto de Saude Publica deveria ter uma secção especialmente aparelhada para o exame de medicamentos para evitar a exploração do publico. A preponderancia de medicamentos inferiores é aqui muito forte.

O tempo virá em que o orgulho nacional não permittirá que instituições estrangeiras se occupem com problemas nacionaes da saude publica, o que sómente levará á exploração de material scientifico e á infiltração economica encoberta.

Por esta razão tambem seria desejavel tomar já agora providencias para futuras ampliações. Tambem quero lembrar V.S. de incluir moradias para assistentes, pois como V.S. sabe, certos diagnosticos para poderem ser de utilidade aos doentes devem ser feitos á noite ou cedo de manhã.

Naturalmente continuo sempre ao seu inteiro dispor e subscrevo-me com a mais alta estima e consideração.

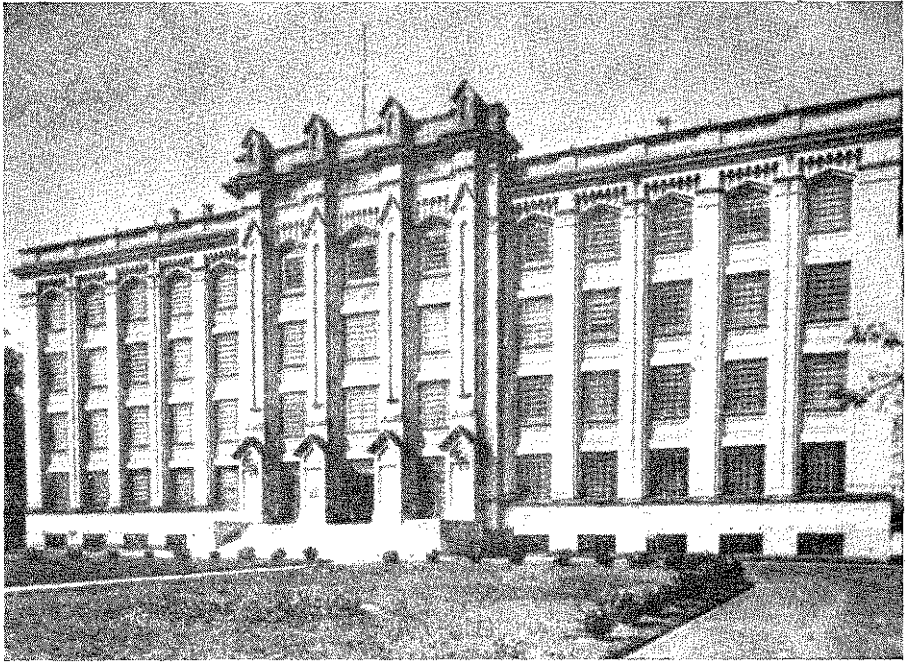
De V. S.

Amo. Atto. Obrgo.

a) Martin Ficker"

Cumpre notar que tôdas as sugestões feitas na carta acima transcrita, do eminente professor Ficker, constituem hoje serviços de rotina do Instituto "Adolfo Lutz", o que bem demonstra o acêrto da orientação seguida por êsse importante órgão da nossa Saúde Pública.

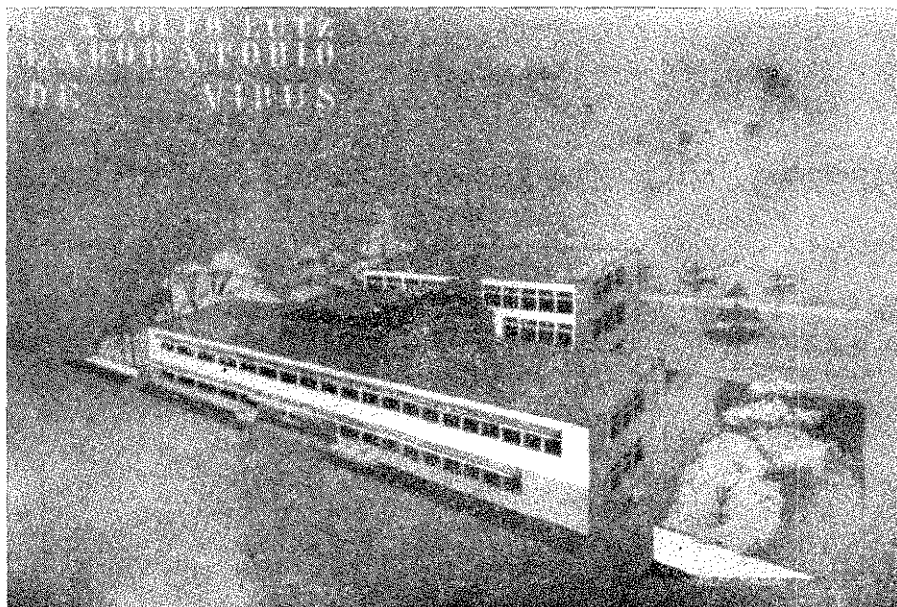
Ao govêrno de então que, pouco tempo depois, via interrompido, inesperadamente, seu mandato, não foi possível concretizar o anteprojecto apresentado. Posta a idéia em execução pelo govêrno seguinte (Decreto n. 9.393, de 5-8-38, que "Organiza o Serviço de Laboratório de Saúde Pública do Departamento de Saúde do Estado"), foi ela em seguida anulada pelo Decreto n. 9.400, de 9-8-1938, e, novamente restabelecida, ainda no mesmo mês, pelo Decreto n. 9.437, de 22-8-38. Desde logo, verificou-se, também, a sua não exequibi-



Instituto "Adolfo Lutz" — 1940 — sede atual.



Prédio projetado para ampliação do Instituto "Adolfo Lutz".



Fachada do pavilhão de vírus (em construção).

lidade, pois, para que tal organização funcionasse satisfatoriamente, necessário seria que, no caso em aprêço, os institutos se reunissem em dois serviços distintos, como fôra planejado pela Comissão já referida e não em um só corpo, como foi feito, aliás, apenas “no papel”. Não sendo possível, portanto, reuni-los em um só local, isto é, ou todos ao lado do Hospital do Isolamento, ou todos no Butantã, outra solução deveria ser achada.

INSTITUTO “ADOLFO LUTZ”

A idéia, porém, continuou em marcha e, feita a correção necessária que refletia, sem dúvida, uma organização perfeitamente satisfatória, foi afinal publicado o Decreto-lei n. 11.522, de 26-10-40, que “Cria o Instituto “Adolfo Lutz”, Laboratório Central de Saúde Pública” e que nada mais era do que a reprodução mais ou menos aproximada do plano de Ficker ou do apresentado pela Comissão a que fizemos referência. Passou a Secretaria da Saúde a dispor, então, de duas grandes unidades laboratoriais especializadas: uma, para diagnósticos biológicos, análises químicas e bromatológicas e contrôle de produtos farmacêuticos; outra, para produção de soros, vacinas, produtos biológicos e terapêuticos utilizados em saúde pública. Graças a essa orientação, puderam os serviços especializa-

dos referentes às finalidades de cada um dêles tomar novos rumos, melhorando-se as condições dos trabalhos de rotina e das pesquisas científicas.

FINALIDADES E COMPETÊNCIA DE UM LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA

Um laboratório de saúde pública, completo e unificado, deverá abranger todos os serviços que acabam de ser enumerados. Em nosso caso, porém, a solução adotada era a única indicada para resolver satisfatoriamente o problema, como temos sustentado. Não convinha a reunião de todos êsses serviços em uma só instituição. Os grandes institutos que serviram de núcleo para a organização atualmente em vigor, já se haviam projetado muito longe em suas atividades e, desfrutando de grande renome, defendiam, com denodo, suas tradições. Além disso, o laboratório de diagnóstico não deveria jamais ser afastado do local onde, praticamente, nascera, ao lado do velho Hospital do Isolamento, hoje Hospital "Emílio Ribas". Sua localização ali fôra providencial e bem atesta a clarividência dos homens que criaram nosso Serviço Sanitário.

Em linhas gerais, é da competência do nosso Laboratório de Saúde Pública a execução de exames microbiológicos, sorológicos e parasitológicos, para diagnóstico e medidas de ordem profilática, contra moléstias infeto-contagiosas e parasitárias. Exames químicos e bacteriológicos do leite e laticínios; exames químicos e bacteriológicos das águas de abastecimento público, poços, nascentes, piscinas e praias; exames químicos e microscópicos de alimentos; exames de drogas e controle de produtos biológicos como soros, vacinas, vitaminas, antibióticos, hormônios, etc.; exames hematológicos e de urina para as clínicas e serviços do Departamento de Saúde, exames de espécimes histopatológicos; diagnóstico precoce do câncer.

LABORATÓRIO CENTRAL

Criado, como vimos, pelo Decreto-lei n. 11.522, de 26 de outubro de 1940, foi reorganizado pela Lei n. 990, de 12 de fevereiro de 1951. Esta reforma teve por fim capacitar o Instituto a melhor preencher suas múltiplas e importantes finalidades, então muito acrescidas em consequência do extraordinário surto de progresso verificado em nosso Estado. Em sua organização, que consta de dois capítulos, foram transformadas em Diretorias especializadas suas

três Subdivisões Técnicas e criadas mais duas Diretorias, a saber: uma técnica, resultante da ampliação da Seção de Anatomia Patológica e outra burocrática, que se destacou da antiga Subdivisão Técnico-Administrativa.

Presentemente o Instituto "Adolfo Lutz" tem a seguinte organização:

I — Laboratório Central:

1.º — Gabinete do Diretor:

- a) Seção de Coleção de Culturas e
- b) Seção de Biblioteca e Documentação.

2.º — Diretoria de Microbiologia e Diagnóstico, compreendendo:

- a) Seção de Bacteriologia;
- b) Seção de Parasitologia;
- c) Seção de Virulogia;
- d) Seção de Solorogia e
- e) Seção de Micologia.

3.º — Diretoria de Bromatologia e Química, compreendendo:

- a) Seção de Química Bromatológica;
- b) Seção de Química Farmacêutica;
- c) Seção de Química Aplicada;
- d) Seção de Química Biológica e Espectrografia;
- e) Seção de Contrôles Biológicos e
- f) Seção de Triagem.

4.º — Diretoria de Serviços Técnicos e Auxiliares, compreendendo:

- a) Seção de Meios de Cultura;
- b) Seção de Análises Clínicas;
- c) Seção de Biotério;
- d) Seção Técnica;
- e) Subseção de Desenho;
- f) Subseção de Estatística;
- g) Fotografia e
- h) Oficinas.

5.º — Diretoria de Patologia, compreendendo:

- a) Seção de Anatomia Patológica;
- b) Subseção de Exames Histopatológicos e Necropsias;
- c) Subseção de Exames Hematológicos e
- d) Subseção de Patologia Experimental.

6.º — Diretoria Administrativa, compreendendo:

- a) Seção de Expediente;
- b) Seção de Pessoal;
- c) Seção de Contabilidade;
- d) Seção de Almoxarifado;
- e) Subseção de Protocolo;
- f) Subseção de Arquivo e
- g) Subseção de Registro.

II — Laboratórios Regionais:

- 1.º — Laboratório Regional de Santos
- 2.º — Laboratório Regional de Ribeirão Preto
- 3.º — Laboratório Regional de Campinas
- 4.º — Laboratório Regional de Taubaté
- 5.º — Laboratório Regional de Bauru
- 6.º — Laboratório Regional de São José do Rio Preto
- 7.º — Laboratório Regional de Presidente Prudente
- 8.º — Laboratório Regional de Itapetininga.

ATUAÇÃO DO INSTITUTO “ADOLFO LUTZ”

Notável tem sido a atuação do Instituto nestes três lustros de funcionamento. Constituinto a mais completa organização no gênero, em todo o país, e mesmo na América Meridional, vem o “Adolfo Lutz” prestando os mais assinalados serviços a São Paulo e ao Brasil.

Reunindo em sua organização quase todos os serviços de laboratório referentes à saúde pública, está instalado em prédio próprio que, apesar de amplo, no início, hoje se tornou inteiramente insuficiente para abrigar suas numerosas seções.

Para atender a suas necessidades atuais de espaço e as de um futuro não muito remoto, foram organizados dois anteprojetos: um para os serviços gerais e outro destinado exclusivamente à Seção de

Virulogia. Ambos obedecem aos mais modernos preceitos para as construções de edifícios destinados aos fins visados.

Para que possa, entretanto, melhor desempenhar suas atribuições, necessita urgentemente de ampla reforma que dê, à sua direção, mais elasticidade no manejo das verbas que lhe são destinadas, equiparação da tabela de vencimentos de seus técnicos de nível universitário, instituição do regime de tempo integral e nova estruturação abrangendo o Laboratório Central e os Laboratórios Regionais.

No referente às suas atividades, o Laboratório Central vem executando grande número de exames e análises de rotina, além da realização de inúmeros trabalhos de pesquisa, estampados em sua Revista. Publicou magnífico compêndio sobre "Métodos de Análises Bromatológicas", e está no momento, organizando novo volume referente às técnicas utilizadas na Diretoria de Microbiologia e Diagnóstico, na de Patologia e na de Serviços Técnicos e Auxiliares. Faz ainda a revisão das técnicas descritas nos "Métodos de Análises Bromatológicas", que serão acrescidas de métodos para microscopia alimentar e exames de água.

Contribuiu, de modo decisivo, para a organização da nova Farmacopéia e para o atual Código da Alimentação Pública e sua reforma, em vias de conclusão.

Realiza, periodicamente, cursos de extensão universitária, sobre assuntos de sua especialidade, que são freqüentados por interessados d'êste e de outros Estados do nosso país e também do estrangeiro.

De grande alcance seria também a organização de um curso oficial para técnicos de laboratório, pois constituem êles elementos indispensáveis em tôdas as organizações dêsse gênero.

Além de realizar exames os mais diversos de material procedente de todo o Estado, atende particularmente à população da Capital e dos 28 municípios pertencentes à Primeira Delegacia de Saúde, com uma população de 3.151.289 habitantes.

Realiza, com exclusividade, todos os exames de contra-provas dos produtos farmacêuticos, bebidas e alimentos condenados, tanto pelo Laboratório Central como pelos Laboratórios Regionais.

Durante os 15 anos em que está funcionando, realizou 4.006.579 exames, dos quais 1.526.739 executados nos Laboratórios Regionais. (gráfico n. 1).

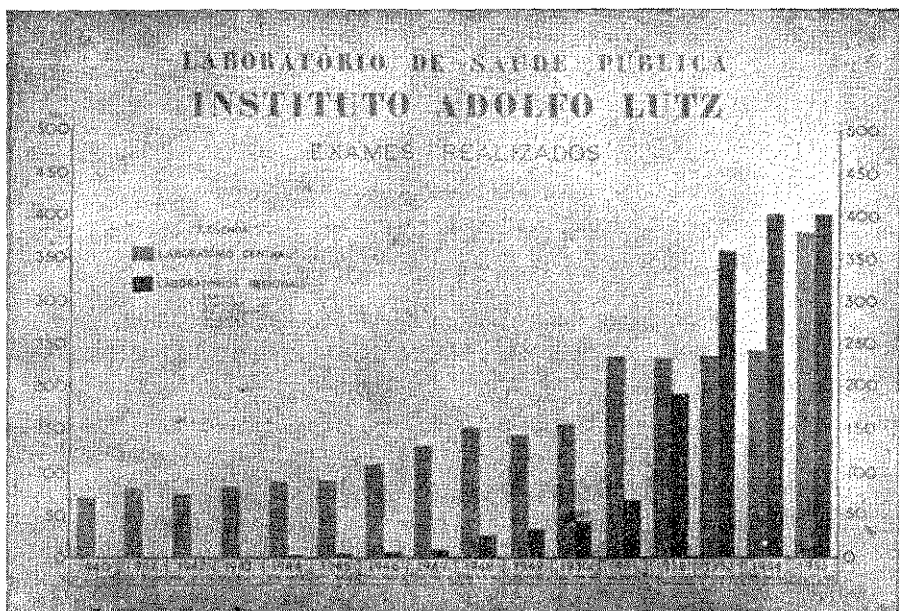


Gráfico n.º 1

REGIME DE TRABALHO: PARCIAL OU INTEGRAL?

Medida de alto alcance e que poderia aumentar a produção científica e a capacidade de trabalho, tanto do Laboratório Central como dos Laboratórios Regionais, já quase saturada, em alguns setores, seria, sem dúvida, a submissão de seu pessoal técnico ao regime integral de trabalho. A prática vem demonstrando todos os dias que é muito mais conveniente contar com poucos funcionários competentes, treinados e bem remunerados, do que dispor de numeroso pessoal, mal pago e sem os conhecimentos e o interesse necessário para as funções que exercem.

É por isso que, em relação a essa questão, insistimos em afirmar que se deve remunerar bem tais elementos procurando dêste modo obter técnicos bons e estáveis para os institutos científicos. Compreende-se perfeitamente que êsses institutos necessitam, para seu funcionamento, de pessoal técnico altamente especializado, não só no que diz respeito aos funcionários superiores como ainda em relação a seus auxiliares técnicos.

Os americanos do norte, que bem compreendem as vantagens da fixação dos bons técnicos em seus institutos e laboratórios, proporcionam-lhes vencimentos compensadores. No "Rockefeller Ins-

titute for Medical Research”, de Nova York, a praxe seguida é de se remunerar os assistentes com ordenados que lhes garanta vida confortável, porém sem luxo.

Benjamim White, diretor do Laboratório de Saúde do Estado de Massachussets nos E. U. A., diz:

“Note-se que juntamente com o aumento dos salários, houve diminuição nas despesas. Isto evidencia que uma orientação liberal de retribuição pode dar resultados compensadores. Convém destacar também que não obstante ter havido uma baixa no custo das despesas do Laboratório, realizou-se maior volume de trabalho”.

Mas com a orientação seguida ainda em nosso país vê-se, muitas vezes, instituições com possibilidades para rápido desenvolvimento, marcarem passo durante longo tempo, não produzindo os resultados desejados. Urge, pois, o restabelecimento do regime de tempo integral, dando-se-lhe, também, o seu verdadeiro sentido, o qual se encontra muito bem definido na seguinte citação feita por Marcelo Silva Jr. na Revista do Serviço Público 3 (3) 1943:

“Full time as applied to the members of a medical laboratory staff cannot be defined in terms of hours per day. I am sure that he (Dr. Pearce) could not conscientiously agree to any plan which was based upon such an idea.

Full-time means the complete devotion of a man to a scientific subject without income, directly or indirectly, derived from his scientific knowledge except as his services are recognized by the payment of a salary from the budget of a medical school or research institution, i.e. there can be no element of private practice or of commercial interest”.

Além disso, no caso particular do Instituto “Adolfo Lutz”, pela própria natureza das suas atribuições legais, como órgão destinado a execução de análises de produtos biológicos, químicos, farmacêuticos e alimentícios entregues ao consumo público, seu pessoal técnico deveria ser submetido, obrigatoriamente, a êsse regime de trabalho, para compensar a proibição contida no item IV, do artigo 224 do Decreto-lei n. 12.273, de 28-10-1941:

“E” ainda proibido ao funcionário:

IV — Exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado”.

Por outro lado, mediante rigoroso processo de seleção, poder-se-ão organizar equipes de primeira ordem pelos nossos institutos científicos, aumentando grandemente a capacidade de tais organizações. Para facilitar a obtenção desses técnicos e evitar a interferência prejudicial dos fatores marginais à administração pública, deverá ser instituído, sem demora, o concurso, consoante dispositivo constitucional.

LABORATÓRIOS REGIONAIS

Desde a criação do Instituto "Adolfo Lutz", constava do plano de Carvalho Lima, seu organizador, criar também os Laboratórios Regionais e, posteriormente, os locais.

A criação dos Laboratórios Regionais iria representar, sem dúvida, grande passo a frente e magnífico auxílio às autoridades sanitárias em benefício das populações do Interior do Estado.

A rapidez com que poderiam contar essas autoridades para o diagnóstico, seja das mais variadas doenças infeto-contagiosas, seja das parasitárias e para as pesquisas de interesse sanitário, como exames de água, leite e os referentes às análises bromatológicas, graças a essa extensa rede de laboratórios que iria cobrir todas as regiões do Estado, viria preencher, sem dúvida, uma grande lacuna existente em nosso Departamento de Saúde.

Em toda parte onde esses laboratórios menores, que poderíamos chamar de órgãos auxiliares dos Laboratórios Centrais, vêm sendo instalados, tanto em nosso meio, como fora dele, seus benéficos efeitos são logo sentidos. Mário Magalhães, em magnífico estudo sobre "Laboratórios de Saúde Pública", referindo-se a esse tipo de laboratórios diz o seguinte:

"O estabelecimento dos laboratorios locais representa um beneficio immenso para a coletividade, pela facilidade e rapidez com que os serviços de diagnostico podem ser obtidos".

E prossegue:

"Um grande valor destes Laboratorios é, ainda, o auxilio prestado aos clinicos para o diagnostico seguro, de que resulta serem elles optimos factores "in stimulating friendly relation between the physicians and the health department".

Tal medida, porém, como é evidente, só poderia ser concretizada mais tarde após se ter dado ao Laboratório Central a devida organização e todos nós sabemos como é difícil, em nosso meio, onde

tudo falta — recursos, pessoal técnico, aparelhagem e, muitas vezes, compreensão por parte dos governantes — levar a cabo empreendimentos dessa ordem.

Consolidada a situação do Instituto e firmada sua organização, foi então possível dar corpo à idéia da criação dos Laboratórios Regionais, o que foi feito pelo Decreto-lei n. 13.789, de 31-12-43, que transformou os antigos Postos Bromatológicos do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública do Interior, em Laboratórios Regionais, técnica e administrativamente subordinados à direção do Instituto “Adolfo Lutz”. Este decreto nada mais era do que a complementação lógica do que criara o Instituto “Adolfo Lutz”, pela reunião do Instituto Bacteriológico e do Laboratório de Análises.

Mas, além desses Laboratórios Regionais, mantém ainda o Departamento de Saúde unidades laboratoriais espalhadas pelo interior e que agem independentemente da orientação técnico-científica do Instituto “Adolfo Lutz”. São os laboratórios dos Centros de Saúde, da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Serviço de Profilaxia da Malária e outros, que, logicamente, em nosso entender, deveriam também ser transferidos para o Instituto “Adolfo Lutz”, pois o Estado não se pode dar ao luxo de manter serviços em duplicata e mesmo em triplicata, quando há tantos problemas a atender e os recursos são tão escassos. Alegam algumas autoridades sanitárias, em defesa da permanência desses pequenos laboratórios, que são eles indispensáveis, pois permitem a realização de exames rápidos para orientação de diagnóstico. Tal prática, porém, além de fornecer resultados pouco significativos, poderá ser obtida com muito mais precisão, enviando-se o material ao Laboratório Regional, com a nota de “exame urgente”, sendo o resultado comunicado por telefone. Aliás, esta orientação já é seguida pelos Laboratórios Regionais, quando se trata de certos exames que necessitam de resposta imediata.

Além do lado econômico, sempre muito importante e que não deve ser perdido de vista, necessário é considerar também a possibilidade da discrepância de resultados em órgãos oficiais semelhantes, cuja inconveniência não precisamos encarecer. Acresce, ainda, que nesses laboratórios, em geral, só poderão ser feitos exames diretos de fezes, de urina e bacteriscopia de escarro e induto faríngeo, não se justificando, pois, sua existência nas cidades onde exista Laboratório Regional.

As finalidades dos Laboratórios Regionais e o padrão de exames nêles executados são os mesmos do Laboratório Central, obedecendo-se à mesma orientação e às mesmas técnicas. Afora alguns exames cuja execução pertence privativamente ao Laboratório Central, por força de lei e regulamentos, todos os restantes exames (exceto os histopatológicos) poderão ser executados nos Laboratórios Regionais, tanto os que se referem à Seção de Microbiologia e Diagnóstico, como os que dizem respeito à Seção de Bromatologia e Química.

O número de Laboratórios Regionais, de acôrdo com o plano de descentralização dos serviços, é de oito e sua distribuição pelo

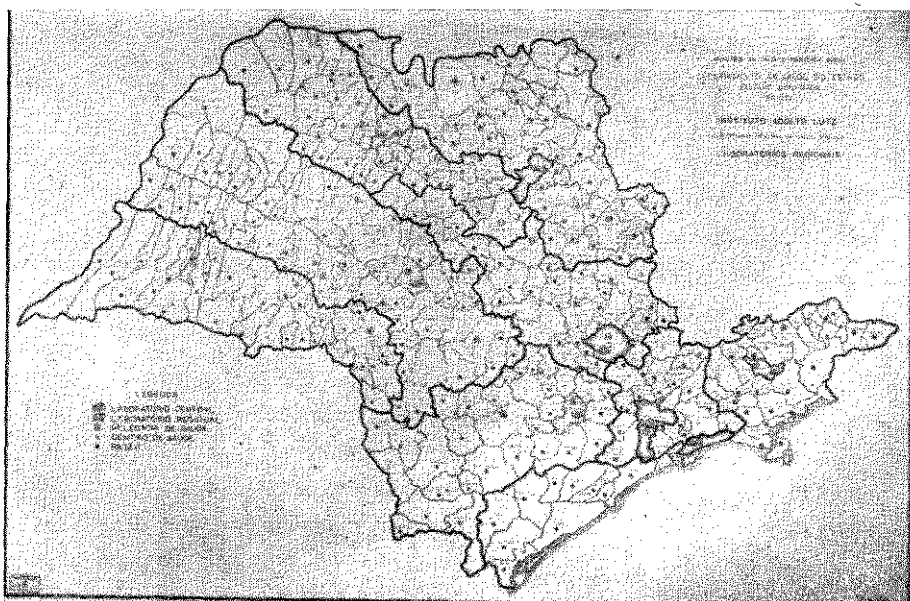


Gráfico n.º 2

Estado obedeceu exclusivamente ao critério de os localizar nos pontos chaves, isto é, nas cidades que, sendo sedes de Delegacias de Saúde, apresentem fácil comunicação com os demais municípios da zona que o Regional irá servir. Evidentemente que tal distribuição poderá apresentar falhas, mas o critério que o Instituto adotou para resolver o problema foi o que pareceu melhor. Aliás, examinando-se no mapa do Estado a situação das cidades onde foram localizados êsses laboratórios, verifica-se que a escolha feita permite aos Regionais atender às necessidades dos municípios que lhe são subsidiários (gráfico n. 2).

ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADES DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS

Como vimos, diretamente subordinados à Diretoria do Instituto "Adolfo Lutz", foram criados, pelo Decreto-lei n. 13.789, de 31-12-43, os Laboratórios Regionais.

Em consequência do referido decreto-lei, foi transferida para o Instituto "Adolfo Lutz", a Seção de Bromatologia do Interior, do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública e extintos os cinco Postos Bromatológicos nela compreendidos.

Determina ainda o referido decreto-lei:

"nos Laboratórios Regionais do Instituto "Adolfo Lutz", serão instalados, também, serviços de Microbiologia e Diagnóstico de moléstias infeto-contagiosas, ficando êsses laboratórios, quanto à sua direção, sob a responsabilidade direta de um médico-biologista." (Art. 2.º §§ 1.º e 2.º).

Baseados, portanto, nos dispositivos legais acima enunciados, que dispõem sôbre as finalidades e a direção dos Laboratórios Regionais atualmente existentes, foram êles organizados, instalados e equipados, transformando-se rapidamente em órgãos de grande projeção e importância no conjunto de laboratórios que constituem o Instituto "Adolfo Lutz".

De acôrdo com os mesmos dispositivos, foi baixado o Decreto n. 19.380, de 27 de abril de 1950 (Regulamento do Instituto "Adolfo Lutz"), que estabelece o seguinte, a respeito dos Laboratórios Regionais:

"Art. 55 — Aos Laboratórios Regionais compete, dentro das possibilidades, atribuições idênticas ao do Instituto "Adolfo Lutz". Sua estrutura estará moldada à do Instituto, guardadas as devidas proporções.

§ 1.º — Os Laboratórios Regionais executarão análises bromatológicas e exames de laboratório referentes à Saúde Pública, quando devidamente requisitados pelas autoridades competentes, federais, estaduais ou municipais.

§ 2.º — Na impossibilidade de atender a quaisquer requisições, o Laboratório Regional as encaminará ao Instituto, comunicando-lhe o motivo determinante.

Art. 56 — Os Laboratórios Regionais observarão, rigorosamente, os paradigmas, métodos analíticos e técnicos adotados no Instituto, sendo-lhes, entretanto, facultado submeter modificações dos mesmos à apreciação do Diretor do Instituto.

Art. 61 — Tôdas as determinações estabelecidas para o Instituto "Adolfo Lutz", são aplicáveis aos Laboratórios Regionais."

Em face, portanto, do que estabelece a lei e o decreto antes citados, deve cada uma dessas unidades compreender :

- a) Seção Administrativa ;
- b) Seção de Microbiologia e Diagnóstico ;
- c) Seção de Bromatologia e Química .

Pelo exposto verifica-se que as finalidades desses laboratórios serão praticamente as mesmas do Laboratório Central, do Instituto "Adolfo Lutz", guardadas as devidas proporções.

Ao se promulgar a Lei n. 990, de 1951, que reorganizou o Instituto "Adolfo Lutz", procurou-se dar maior destaque aos Laboratórios Regionais, cujas atividades se vinham avolumando gradativamente, passando o Instituto a se dividir em dois grandes grupos de laboratórios, conforme dispõe o artigo 1.º do referido diploma :

"Artigo 1.º — O Laboratório de Saúde Pública, Instituto "Adolfo Lutz", passa a ter a seguinte organização :

- I — Laboratório Central
- II — Laboratórios Regionais".

Por fôrça, pois, do decreto acima citado, ficou o Instituto "Adolfo Lutz", constituído por duas grandes divisões: uma, compreendendo o Laboratório Central, com suas Diretorias, Seções e Subseções e outra, formada pelos vários Laboratórios Regionais, localizados no Interior do Estado.

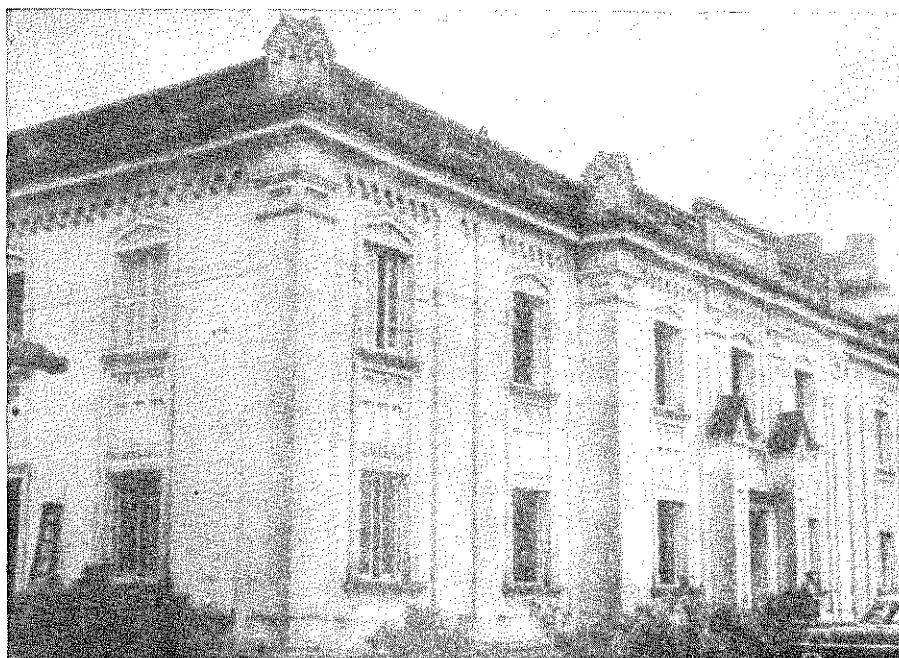
LABORATÓRIOS REGIONAIS EM FUNCIONAMENTO. INFORMAÇÕES SUCINTAS

Funcionam, atualmente, no Interior do Estado, oito Laboratórios Regionais.

Para êsses Laboratórios, foi organizado pela D.O.P. plantas do prédio padrão, de conformidade com dados técnicos fornecidos pelo Instituto "Adolfo Lutz". Dos oito Laboratórios em funcionamento, dois já contam com prédios edificadas de acôrd com êsse plano: o de Santos e o de Taubaté. Reexaminado, porém, o plano primitivo, foi constatada não só a existência de falhas, mas ainda a necessidade de se lhe dar nova orientação em face das modernas aquisições em

matéria de construção de edifícios destinados a Laboratórios de Saúde Pública. O novo projeto da D.O.P. difere, substancialmente, do anterior e apresenta, sem dúvida, inúmeras vantagens sôbre o primeiro.

Laboratório Regional de Santos — Funciona em prédio próprio e dispõe de instalação completa. Atende a 11 municípios com a população de 321.564 habitantes. Tendo sido instalado em 1944, já realizou, em doze anos de atividades, 536.756 exames.

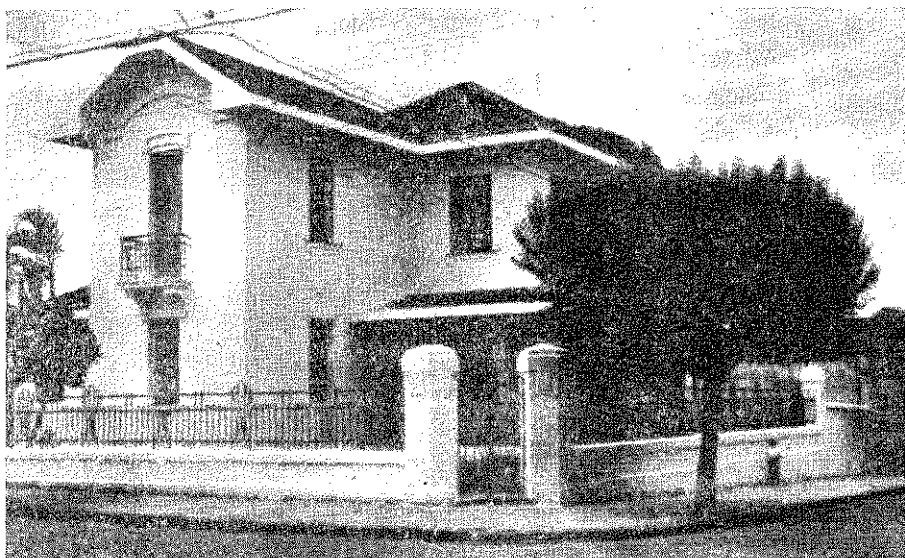


Laboratório Regional de Santos (prédio próprio).

Além de outros estudos, vem-se interessando vivamente pelo problema da esquistossomíase, tendo realizado vários trabalhos sôbre êsse importantíssimo e grave problema sanitário, cooperando de maneira positiva para o combate à terrível parasitose.

Laboratório Regional de Ribeirão Preto — Foi instalado em 1947. Atende a 61 municípios, com a população de 905.444 habitantes. Realizou 298.149 exames, em 9 anos de atividades.

Instalado, inicialmente, em lugar impróprio e acanhado, foi transferido em 1953 para prédio amplo, onde seu pessoal vem tra-



Laboratório Regional de Ribeirão Preto.

balhando intensamente. Mantém curso prático para técnicos de laboratório e está no momento interessado particularmente no diagnóstico sorológico da moléstia de Chagas, cuja incidência se vem mostrando elevadíssima na região.

Laboratório Regional de Campinas — Instalado em 1948; estão compreendidos na região deste laboratório, 59 municípios, com um total de 973.511 habitantes. Como os outros Regionais, vem realizando número avultado de exames, que já atingiu ao total de 439.149, em 8 anos de funcionamento. Vem pesquisando a presença de caramujos transmissores da esquistossomíase no município de Campinas e seu índice de infestação, em virtude do aparecimento de alguns portadores de ovos dessa parasitose. Felizmente, até o presente momento, o índice de infestação tem sido igual a zero.

Laboratório Regional de Taubaté — Como o de Santos, funciona em prédio próprio, especialmente construído. Tendo entrado em funcionamento em 1951, já realizou nesses 5 anos de atividades, 190.692 exames. Serve a 31 municípios do Vale do Paraíba e ao Litoral Norte, pertencentes às 2.^a e 3.^a Delegacias de Saúde, com uma população de 488.220 habitantes. Realiza pesquisas sobre brucelose e micoses pulmonares. Assinalou pela primeira vez, a existência de casos autóctones de esquistossomíase na região. Tanto a



Laboratório Regional de Campinas.

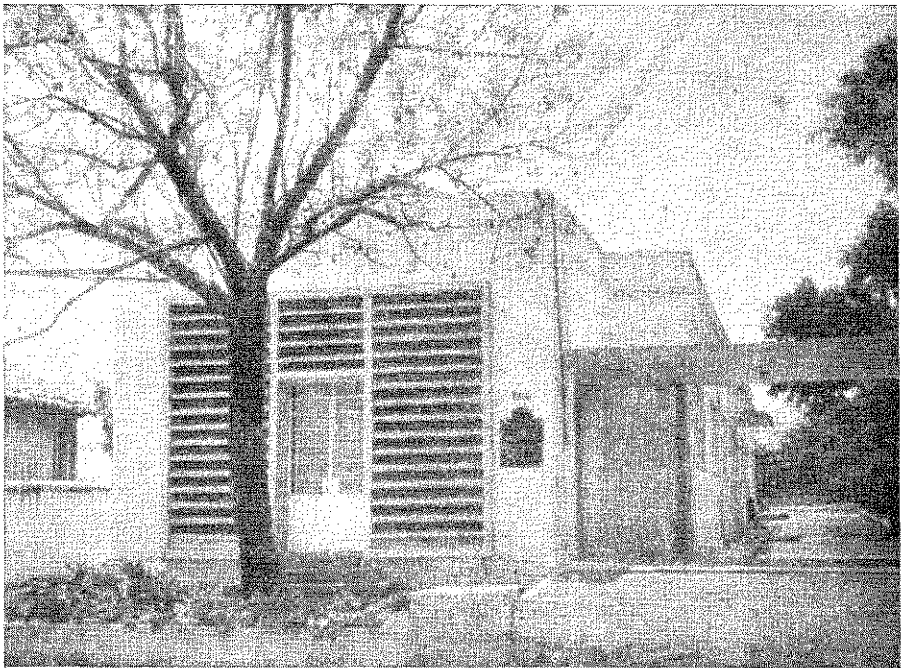


Laboratório Regional de Taubaté (prédio próprio).

brucelose como a esquistossomíase estão-se transformando em problemas gravíssimos na região do Vale do Paraíba e precisam ser combatidos, com energia e sem perda de tempo.

Laboratório Regional de Bauru — Foi instalado em 1953 para atender a 86 municípios com uma população de 1.466.566 habitantes. Já realizou, em 3 anos de funcionamento, 63.937 exames. Funciona em prédio alugado, convenientemente adaptado.

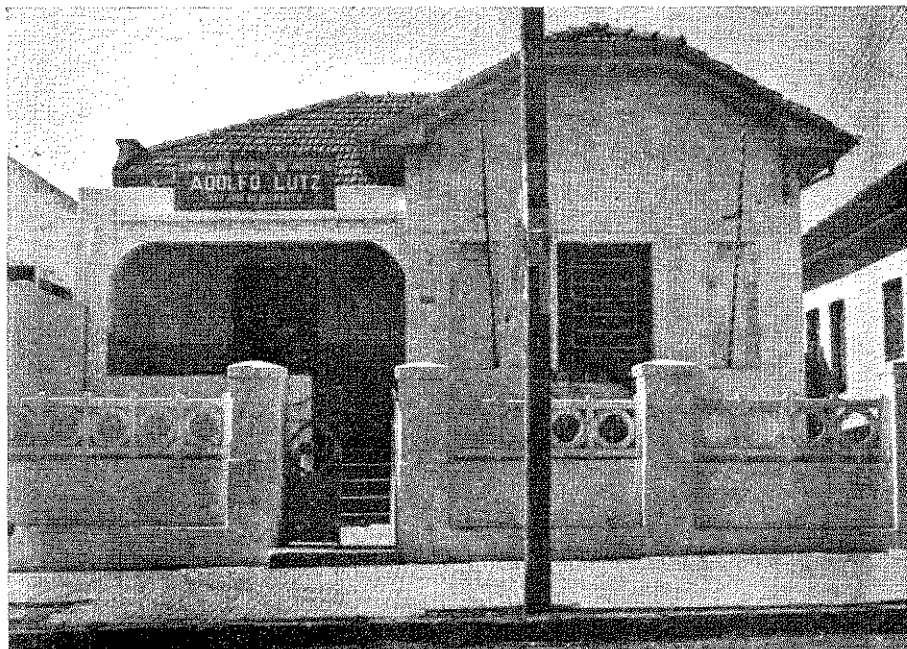
Muito acertado seria, a nosso ver, subdividir a zona por êle servida, instalando-se, em futuro próximo, outro laboratório, para o



Laboratório Regional de Bauru.

qual passariam alguns municípios da Alta Paulista e da E. F. Nordeste do Brasil, subsidiários atualmente dos Laboratórios Regionais de Bauru, São José do Rio Prêto e Presidente Prudente. Sua localização em Araçatuba parece poder resolver o problema.

Laboratório Regional de São José do Rio Prêto — Funciona este Regional em prédio adaptado de propriedade da Prefeitura local que o cedeu ao Instituto, não havendo, portanto, gastos com aluguel.



Laboratório Regional de São José do Rio Preto.

Os reparos gerais do prédio e a sua adaptação às finalidades em vista, de conformidade com o plano traçado pela chefia dos Laboratórios Regionais, bem como a construção do biotério, foram custeados inteiramente pela Prefeitura de São José do Rio Preto.

O senhor Prefeito e a edilidade, compreendendo como já ocorreu em Campinas, Bauru e Presidente Prudente, as grandes vantagens que representaria para sua cidade a instalação de um Laboratório Regional, concordaram em contribuir com apreciável importância, graças à qual foi possível providenciar a abertura da unidade projetada. Sem êsse auxílio, dificilmente seria ela instalada, pois a verba consignada no orçamento do Estado, para a adaptação de prédios particulares, destinados aos Regionais, é inteiramente insuficiente.

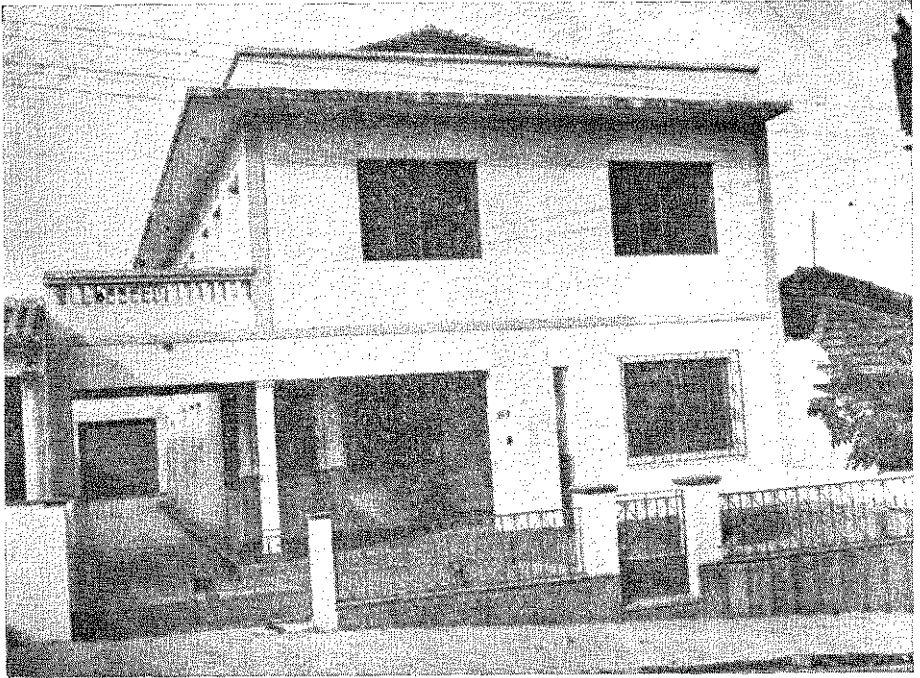
Foi inaugurado em 17 de março de 1956 e já realizou em 6 meses 6.941 exames. Atende a 59 municípios, com 912.468 habitantes.

Laboratório Regional de Presidente Prudente — Funciona êste Regional em prédio novo, não habitado anteriormente. As adaptações gerais do prédio às finalidades em vista, de conformidade com o plano traçado pela chefia dos Laboratórios, bem como seu

biotério, foram custeados inteiramente pela Prefeitura de Presidente Prudente.

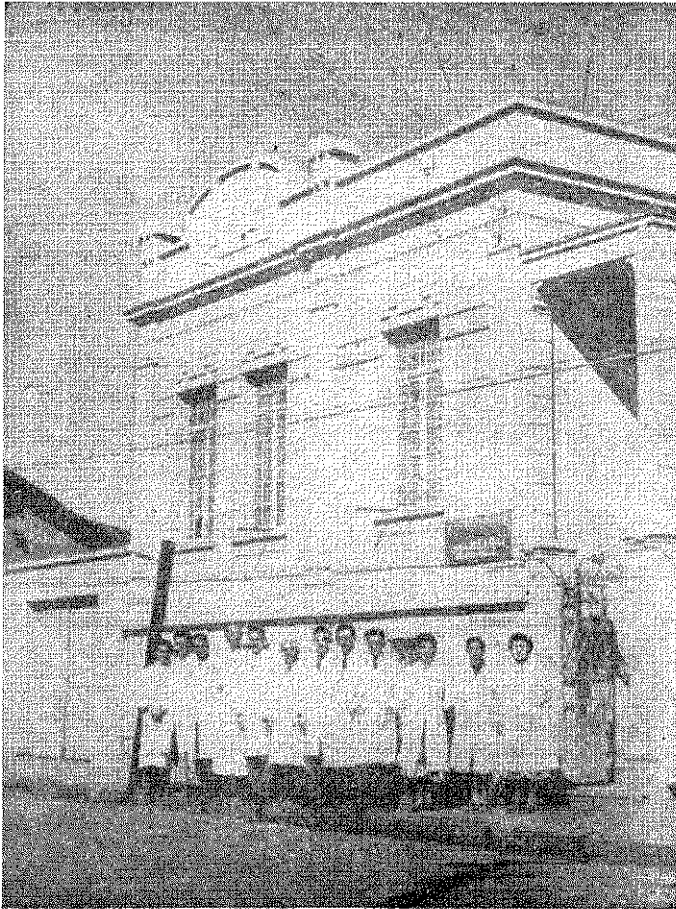
Por proposta do senhor Prefeito, a edilidade local votou lei pela qual é consignada no orçamento verba para pagamento de parte do aluguel do prédio (na importância de Cr\$ 10.000,00), cabendo ao Estado Cr\$ 6.000,00 e à Prefeitura, Cr\$ 4.000,00 mensais.

Inaugurado em 22 de março de 1956, já realizou em, 6 meses, 5.227 exames. Atende a 55 municípios, com a população de 838.112 habitantes.



Laboratório Regional de Presidente Prudente.

Laboratório Regional de Itapetininga — Foi instalado a 5 de maio de 1956. Funciona em prédio cedido pela Prefeitura local, por conta da qual correram as despesas de adaptação, de acordo com o plano traçado pelo Instituto “Adolfo Lutz”. O aluguel do prédio, é de Cr\$ 6.000,00 por mês, é pago pela Prefeitura local, de acordo com convênio assinado com o Governo. Atende a 42 municípios, com a população de 628.216 habitantes. Realizou, em 5 meses, 7.394 exames.



Laboratório Regional de Itapetininga.

ATIVIDADES DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS EM CONJUNTO

Este rápido exame das atividades de cada um dos Laboratórios Regionais se bem que retrate, com fidelidade, mas resumidamente, o que neles se vem fazendo, não fornece, contudo, elementos bastante elucidativos para se fazer juízo seguro do enorme trabalho realizado por essas oito unidades laboratoriais. Examinemos, pois, as atividades dessas unidades em conjunto e qual tem sido o movimento de todos êsses laboratórios, desde que entraram em funcionamento e como tem evoluído a curva de crescimento dos trabalhos realizados.

Como vimos, data de 1944, a instalação do primeiro Laboratório Regional, que realizou naquele ano, 703 exames, apenas. Analizando-se o gráfico n. 3, verifica-se que, apesar de terem entrado em funcionamento outros Regionais, a curva de crescimento de suas atividades vinha indicando aumento muito pequeno até 1950, só começando a se desenvolver acentuadamente a partir de 1951.

Comparando-se o número total de exames realizados desde o início do funcionamento desses laboratórios até 1950, com os resultados destes cinco últimos anos, vamos encontrar o seguinte:

de 1944 - 1950 - (sete anos) - 111.362 exames

de 1951 - 1955 - (cinco anos) - 1.415.338 exames, o que representa acréscimo de 1.303.976 sobre o número de exames realizados anteriormente ou seja, aumento da ordem de 906,1%. É curioso, entretanto, notar, que tal aumento não tem influído sobre o total do número de exames realizados no Laboratório Central. Atuando em zonas de escassos recursos laboratoriais e devendo atender a uma população que representa três quartas partes da população total do Estado, era de esperar o aparecimento dos dados acima referidos.

Outra informação que também atesta a intensificação dos trabalhos realizados por esses Laboratórios, nestes últimos cinco anos e o grau de eficiência do seu pessoal é, por certo, a comparação do número de exames realizados por funcionário nos anos de 1950 e 1955.

Enquanto que em 1950, essa relação era de 556 exames por funcionário, subiu ela, em 1955, para 3.126. Note-se ainda que, o aumento do número de funcionários nesse período de 5 anos, foi de 79,1%, ao passo que o do número de exames passou a ser de 906,1%.

Por outro lado, o custo médio de 1 exame em 1950 foi de Cr\$ 58,30 e em 1955, Cr\$ 23,91, havendo redução de Cr\$ 34,39 por exame. Esta baixa no custo de cada exame, que corresponde a uma redução de 58,9%, torna-se ainda mais significativa se considerarmos a ascensão constante do custo de todo material usado nos laboratórios e o último aumento havido nos vencimentos dos funcionários, em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1953. O gráfico organizado com dados referentes ao Laboratório Regional de Campinas e que se aplica aos outros, apresenta duas curvas com tendências opostas. Enquanto o número de exames aumenta constantemente, o inverso se dá com o preço de cada exame.

EXAMES REALIZADOS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS
1944 a 1955

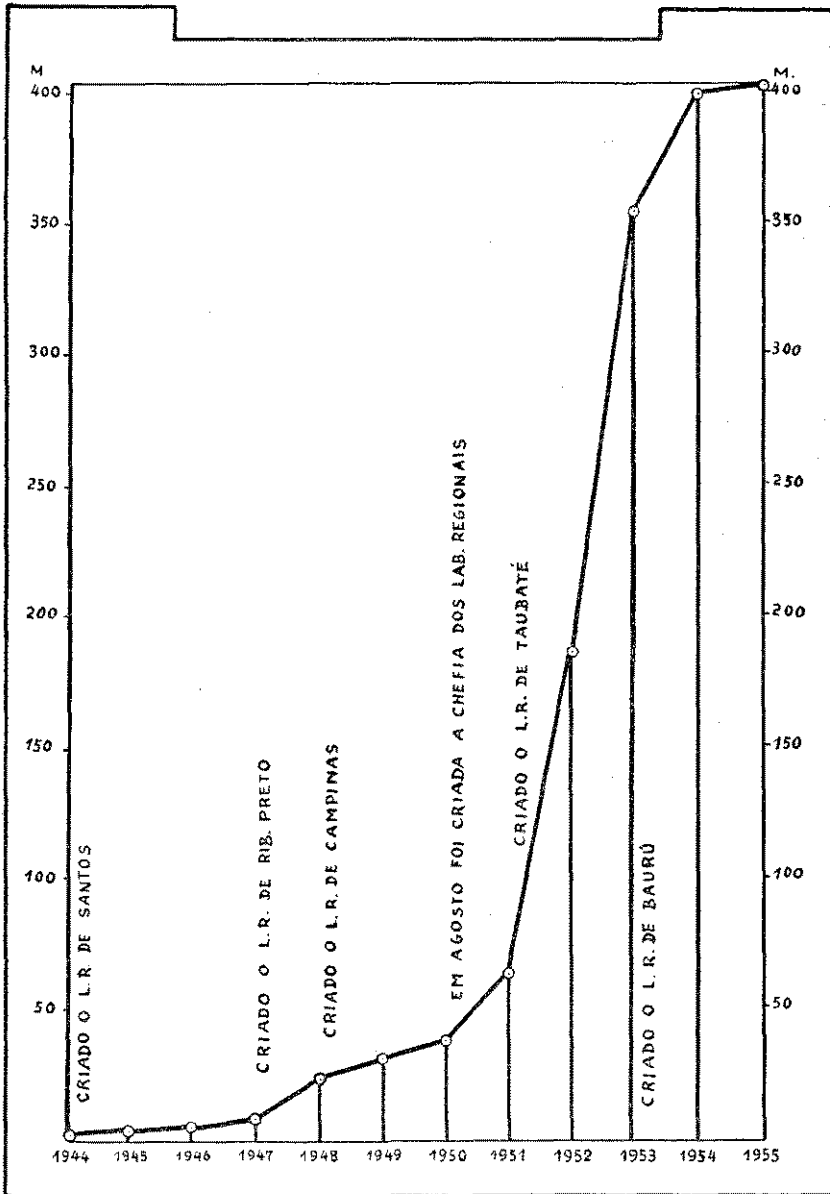


Gráfico n.º 3

Esperamos que essa tendência da curva do custo dos exames, ainda mais se acentue nos próximos anos, pois em um Laboratório de Saúde Pública, é preciso realizar os exames não só com perfeição e técnica aprimorada, mas ainda a baixo custo, de maneira a poder o Estado atender ao maior número possível de seus habitantes.

CENTROS DE APERFEIÇOAMENTO

É evidente que êsses laboratórios não poderão ter suas funções circunscritas exclusivamente aos trabalhos de rotina; terão que se dedicar também às pesquisas científicas, que estimulam o estudo e promovem o progresso. Uma instituição científica que não desenvolve seus esforços nesse terreno, entrará fatalmente em decadência. É por tal motivo que a direção dos Laboratórios Regionais vem estimulando e se esforçando ao máximo, no sentido de fornecer os meios necessários para que seus técnicos desenvolvam e multipliquem suas atividades neste particular.

Localizados em regiões as mais diversas do Estado, apresentando, muitas delas, problemas sanitários peculiares, os exames aí realizados decidirão, certamente, sobre as pesquisas e os estudos a serem feitos para a solução desses problemas. Os próprios trabalhos de rotina apontarão os assuntos mais interessantes para tais investigações, como já vem acontecendo.

Dotados de instalações e aparelhagem das mais modernas e dispondo de pessoal de alto padrão técnico, serão tais organizações centros de irradiação de conhecimentos especializados, capazes de contribuir para maior aprimoramento dos conhecimentos de nossos sanitaristas e da classe médica em geral, que nesses núcleos laboratoriais poderá encontrar ótimo material para estudo.

ESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS

Um problema, porém, de grande importância para a vida dos Laboratórios Regionais, continua ainda sem solução. É o que se refere à sua estrutura. Diante da expansão extraordinária que vêm apresentando seus serviços, a diretoria do Instituto "Adolfo Lutz", devidamente autorizada pelas autoridades superiores, organizou anteprojeto dando a estruturação devida a essas unidades. Espera-se que no próximo ano seja o mesmo encaminhado à Assembléia Legis-

lativa para competente estudo e aprovação, assim normalizando a atual situação, que é uma situação de fato sem amparo legal.

* * *

Os frutos que estão sendo colhidos pelo Instituto "Adolfo Lutz", são o resultado da boa semente lançada por seus fundadores e organizadores, no sentido não só de reduzir ao mínimo lutas e rivalidades estéreis, tão prejudiciais às organizações científicas, como ainda de exigir a mais rigorosa exatidão em seus diagnósticos e análises.

A direção do Instituto tem procurado criar e manter, neste setor, ambiente onde dirigentes e dirigidos vivam na maior cordialidade, trabalhando com amor e perfeição, com senso estrito da responsabilidade da função pública que exercem e interêsse pelo renome sempre crescente da instituição a que pertencem.